

SUMÁRIO

| | |
|-----------|---|
| 2 | ENTREVISTA Luiz Henrique da Silveira - Governador do Estado de Santa Catarina |
| 8 | ALAGOAS Programa de Valorização do Servidor Público marca administração em Alagoas |
| 11 | AMAZONAS Rede MetroMao: tecnologia de comunicação é instrumento de modernização da gestão no Amazonas |
| 14 | CEARÁ Previdência com qualidade - Criando um Estado de Excelência |
| 16 | ESPIRITO SANTO Governo do ES inova na gestão e estimula cultura empreendedora no serviço público estadual |
| 18 | GOIÁS Goiás lança cartilha para conscientizar servidores sobre o crédito consignado |
| 22 | MARANHÃO PAI: Inovação na Administração Pública e estímulo aos aposentados do Maranhão |
| 24 | MATO GROSSO Ações de Qualidade de Vida integram e promovem o bem-estar de servidores públicos |
| 28 | MINAS GERAIS Minas Gerais: políticas de RH com foco na excelência da gestão |
| 33 | PARÁ Programa Pará - Terra de Direitos visa a atingir 100% dos municípios do estado |
| 36 | ARTIGO - Marcelo Viana - Secretário de Gestão do MPOG Implementando a Carta de Brasília |
| 38 | PARAÍBA Tecnologia da Informação - Secretaria de Administração da Paraíba investe em soluções que melhoram a gestão dos processos da Central de Compras |
| 40 | PARANÁ Transparéncia absoluta |
| 44 | PERNAMBUCO Pernambuco realiza auditoria na folha de pagamento |
| 46 | PIAUÍ Qualificação sem barreiras |
| 48 | RIO DE JANEIRO Estado colhe frutos do novo modelo de gestão de RH |
| 50 | RIO GRANDE DO NORTE Escola de Governo do RN lança programa de capacitação no interior do estado |
| 52 | RIO GRANDE DO SUL Gestão patrimonial solucionará problema histórico do estado |
| 54 | RONDÔNIA Secretaria da Administração investe na capacitação de recursos humanos buscando padrão de excelência |
| 58 | SANTA CATARINA Estado implanta novo sistema <i>on-line</i> de gestão de pessoas |
| 60 | SÃO PAULO Secretaria de Gestão Pública e IAMSPE assinam acordo inédito de gestão e resultados |
| 63 | SERGIPE Secretaria da Administração de Sergipe fomenta o crescimento das micro e pequenas empresas do estado |
| 66 | TOCANTINS Tocantins: novas conquistas com a busca de excelência na gestão pública |

EDITORIAL



O final do ano se aproxima e com ele o Consad comemora diversos avanços conquistados no período. Entre eles a realização do I Congresso Consad de Gestão Pública, que marcou de vez uma nova etapa dessa jornada em torno da melhoria da gestão pública brasileira, bem como a aproximação e a consolidação da relação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, entidades e organismos internacionais que trilham esse caminho.

A expressiva participação dos secretários de Administração durante esse período nos fóruns, reuniões e encontros que buscam definir ações desta pauta também há de se comemorar.

O formato dos fóruns para onde os estados têm levado suas experiências bem-sucedidas continua cada vez mais organizado de forma a auxiliar as unidades federativas na busca de alternativas de gestão capazes de potencializar sua eficiência. Outro grande auxiliador nesse processo são os estudos e pesquisas que estão sendo realizados em parceria com conceituadas universidades como, por exemplo, a realização da pesquisa remuneratória, que consiste em realizar um levantamento dos valores pagos pelos estados a 130 cargos da Administração. O trabalho vai permitir o compartilhamento desses dados de forma a subsidiar as decisões referentes às políticas salariais do funcionalismo. Por falar em estudos, ressalto que, ao participar do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), em Buenos Aires, estive presente também à reunião do Banco Mundial, que tratou da elaboração de um novo diretório de assessoramento para a formatação de indicadores de desempenho para a América Latina. A equipe do Banco Mundial tem três anos de financiamento para coletar, organizar e publicar em um website indicadores de desempenho. Embora o foco da pesquisa sejam os países de renda média da América Latina, a iniciativa também inclui colaboração ativa com o trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre "Government at a Glance". A idéia é poder fazer comparações entre os países dos dois grupos sempre que for possível. A reunião inicial ocorreu nos dias 3 e 4 de novembro em Buenos Aires, aproveitando o fato de que um significativo número de atores esteve presente na cidade para a conferência do Clad na mesma semana.

Definitivamente, o ano de 2008 foi marcado por grandes conquistas para a gestão pública brasileira. Aguardo todos os secretários no próximo Fórum do Consad para juntos traçarmos as metas para 2009. Até lá!

Paulo César Medeiros de Oliveira Jr.
Presidente do Consad

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado de Santa Catarina

Luiz Henrique da Silveira é o primeiro governador na história do estado a ser reeleito para um segundo mandato consecutivo de quatro anos. Iniciou sua militância na política estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina, onde se formou em direito. Foi professor de história geral do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis. Em 1966 mudou-se para Joinville, onde montou banca de advocacia e ministrou aulas de língua portuguesa e história geral no Colégio Bom Jesus e de direito público e privado na atual Univille. Assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia entre 1987 e 1988, durante o governo José Sarney. Em 1971 foi eleito presidente do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Joinville. Exerceu a presidência do Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre 1993 e 1996. Foi deputado estadual, deputado federal, presidente nacional do PMDB, prefeito de Joinville e governador de Santa Catarina por dois mandatos: o primeiro de janeiro de 2003 a abril de 2006, quando renunciou para se dedicar à reeleição. Reeleito, o segundo mandato iniciou-se em janeiro de 2007 e irá até 2011.

O senhor foi o primeiro governador na história do estado a ser reeleito para um segundo mandato consecutivo de quatro anos. A que o senhor atribui esse resultado?

Ao cumprimento rigoroso dos compromissos assumidos com a população. A proposta vitoriosa da descentralização não foi uma invenção minha, muito menos uma tática de campanha eleitoral. Foi uma estratégia mobilizadora que visava a inserir Santa Catarina na modernidade da administração pública. Para isso, tivemos de abrir mão de parte do poder, rompendo com a forma velha, ultrapassada e arcaica de governar, que obstaculizou o desenvolvimento do nosso estado por tantos anos. Apesar das resistências corporativistas e dos empecilhos políticos, naturais frente a tudo o que é novo, conseguimos implementar uma legislação que representou um notável avanço

rumo aos nossos objetivos de espalhar o desenvolvimento e o bem-estar social por toda Santa Catarina. Ao diminuir o poder do estado e fortalecer o poder das comunidades, invertemos a lógica perversa do centralismo e recolocamos a estrutura do governo a serviço da sociedade.

Nós viramos de ponta-cabeça a lógica da centralização administrativa e da concentração do poder. O físico e então deputado Andrei Sakharov dizia, a respeito da sua finada União Soviética: “o povo não confia no governo e o governo não confia no povo”. Nós invertemos as duas funções dessa equação: confiamos no povo, que participa das reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, e ele confia no governo, que segue à risca as orientações dali emanadas. Invertemos, ainda, as duas funções da equação do publicitário norte-americano Calderhead Jackson:



“Não é a maioria que é silenciosa, o governo é que é surdo”. Hoje, a maioria se manifesta nas disputadas reuniões dos conselhos, e o governo ouve e acata o que dali emerge. Invertemos, por fim, as duas funções do filósofo e economista inglês John Stuart Mill: “Há duas espécies de cidadãos: os ativos e os passivos. Governantes preferem os últimos; a democracia necessita dos primeiros”. Democratas que somos, preferimos os cidadãos ativos e participantes.

No começo de seu mandado, o senhor estabeleceu que iria implantar um novo paradigma político. Dentro da proposta, já implantada, está a criação de 36 territórios de desenvolvimento onde foram instaladas agências de desenvolvimento (Secretaria de Desenvolvimento Regional). Qual a avaliação que o senhor faz desse novo modelo de gestão? Está dando certo?

As últimas eleições municipais confirmaram o que já havíamos visto na anterior, que nos guindou a um segundo mandato: os eleitores estão preocupados, cada vez mais, com eficiência, com resultados concretos para a sua vida. E como no Estado democrático e de direito o critério maior de avaliação é o das urnas, a resposta está dada. O povo sinalizou, alto e bom som, que preferia o governo democrático ao governo autoritário, o governo transparente ao governo caixa-



Jackson Zanucco/SECOM



Jackson Zanucco/SECOM

preta, o governo de todos ao governo de um, o governo próximo ao governo distante, o governo presente ao governo ausente, o governo acessível ao governo inacessível. Quando apresentamos nosso Programa de Descentralização à sociedade catarinense, partimos de uma clara diagnose: a administração centralizada na capital concentrava o orçamento, os investimentos, as licitações e esvaziava, progressivamente, o interior, principalmente as pequenas comunidades rurais.

O estado, como um todo, voltou a crescer. Santa Catarina é outra, muito mais policêntrica, depois do advento da Descentralização.

Em muitos estados, o enxugamento da máquina está diretamente relacionado com uma gestão mais eficiente. No caso de Santa Catarina, a nova gestão criou Secretarias de Desenvolvimento em diversas regiões do estado. Como o senhor avalia a criação de novos cargos versus gestão eficiente?

Meus adversários na campanha para a reeleição martelaram impiedosamente nessa tecla, e não foram bem-sucedidos. Sabe por quê? Porque ela é falsa, equivocada. É uma falsa questão. Na verdade, 72% da folha de pagamento se concentrava em Florianópolis, incluindo 1.200 cargos de confiança. O que nós fizemos foi, simplesmente, espalhar 406 desses cargos já existentes por toda Santa Catarina. Os cargos das Secretarias de Desenvolvimento Regional foram preenchidos com a realocação desses servidores. Quanto à estrutura física, ela é ínfima e, mais ainda, aproveitou-se de estruturas preexistentes, inclusive enxugando gastos, pois reuniu diversos órgãos antes espalhados e dispersos em diversas instalações.

Mas a descentralização não se opera apenas pela estrutura da máquina governamental, ela se opera também por meio das ações. Quando fazemos um edital para aquisição de veículos, por exemplo, ao invés de o

fazermos na capital, fazemos na região, irrigando a economia local e estimulando a geração de emprego e renda local. Quando uma construtora da capital ganhava uma licitação, e invariavelmente eram elas que ganhavam, o custo para se implantar na cidade, com escritórios, garagens e canteiro de obras, representava um percentual nada desprezível.

Eu costumo dizer que, em termos administrativos, Santa Catarina passou do terceiro mundo direto para o terceiro milênio.

A burocracia é um dos principais problemas que atravancam a boa gestão dos estados. Em sua administração existem ações no sentido de diminuir a burocracia arraigada nos processos?

Eu costumo chamá-la de BURROcracia. Para revogar o carimbório e o papelório estamos fazendo fortes investimentos no chamado e-gov, o governo eletrônico, que vai contribuir para consolidar o processo de descentralização administrativa. Ao interligar as várias divisões, o governo racionaliza tempo e economiza milhões de reais, com a substituição de gastos com viagens, telefonemas, combustíveis, papéis, pelo correio eletrônico e por teleconferências. Essa rede vai avançar, definitivamente, para universalizar a transmissão de dados, voz e imagem, a fim de conectar o governo com o povo. É preciso colocar os cidadãos no centro do sistema, conectando-os e ampliando-lhes o poder, o que é essencial para reafirmar e fortalecer as instituições democráticas e tornar os serviços públicos precisos, transparentes, rápidos, eficazes e eficientes.

Qual a performance econômica do estado e quais os mecanismos utilizados para alavancá-la?

Em 2007, a economia do Brasil, medida pelo PIB (Produto Interno Bruto), cresceu 5,2%. Neste primeiro trimestre, o crescimento foi maior: 5,8%. Apre-

sentando um desempenho quase chinês, Santa Catarina cresceu 8,2% no ano passado. Mantida a proporção, estima-se que nosso crescimento tenha sido de 8,8% a 9% de janeiro a março de 2008!

Essa estimativa baseia-se em vários fatores, a começar pela arrecadação do ICMS, que cresceu 10,36% na média dos últimos meses de janeiro, fevereiro e março. Levando-se em consideração a receita total, o incremento foi de 17,83, no mesmo período.

Nos últimos cinco anos, esse crescimento vem sendo significativamente maior do que o do Brasil! O PIB catarinense já ultrapassou R\$ 85 bilhões! Hoje a nossa economia já é maior que as do Uruguai, Paraguai e Bolívia, juntos! Se fossemos um país, seríamos economicamente mais importantes do que esses três países vizinhos somados!

O senhor acredita ser necessário buscar alternativas para a revisão do pacto federativo e do custo das dívidas públicas dos estados?

Eu não canso de repetir, em todos os foros de que participo e em vários de meus artigos semanais, que quando o governo federal aposta na redução dos tributos compartilhados e centraliza a arrecadação das contribuições sociais, que não são repassadas a governadores e prefeitos, ele fere de morte a federação.

O aumento da arrecadação está concentrado nos cofres da União, mas quem tem a responsabilidade de manter a polícia, a saúde e a educação funcionando são os governos estaduais e municipais. Enquanto o governo federal comemora seguidos recordes de arrecadação, estados e municípios vivem uma sangria de recursos que os deixa à beira de um colapso financeiro.

É uma equação que não fecha nunca!

De cada R\$ 100 de tributos pagos pelos cidadãos brasileiros, 65% são carreados para Brasília, os estados ficam com 22% e os municípios com apenas 13%! A Suécia, por exemplo, sempre entre os países mais desenvolvidos do mundo, destina 72% aos municípios.

Santa Catarina é um estado com uma cultura e um turismo extremamente pujantes. Como o senhor gera essas áreas para que, durante quase todo o ano, existam eventos significativos que já ganharam dimensão internacional?

Há muitos anos eu afirmo que uma cidade sem cultura é apenas um depósito de gente, sem destino e sem futuro! Há muitos anos também digo que se o século XX foi daqueles que melhor souberam organizar a produção, com certeza o século XXI será daqueles que melhor souberem organizar o lazer. Em função disso, nos meus três mandatos de prefeito, consolidei sua condição de polo de cultura, com a construção do Centreventos Cau Hansen, do Teatro Juarez Machado, do Centro de Convenções Alfredo Salfer, do Expo-centro Edmundo Doubrava, sem falar na transformação do nosso Festival de Dança no maior do mundo, de acordo com o Guinness, e da vinda da Escola do Teatro Bolshoi.

Uso, hoje, no estado, a mesma régua e o mesmo compasso.

Tanto é assim que acabamos de receber do WTM - World Travel Market, em Londres, o prêmio dado a personalidades e entidades que se destacaram no incentivo ao turismo. Fruto da prioridade que damos ao setor, o Conselho Mundial de Viagem e Turismo (WTTC) acaba de oficializar que realizará, em maio do



“O trabalho desenvolvido no Consad é de fundamental importância para a melhoria da atuação dos governos.”



próximo ano, em Florianópolis, o encontro global do setor turístico. É a primeira vez que um evento desse porte ocorrerá em um país da América Latina. O Global Travel and Tourism Summit WTTC/Brasil 2009 se realizará em Santa Catarina entre 14 e 18 de maio do próximo ano.

O que o senhor acredita que precisa ser mudado ou inovado em relação à gestão pública para melhoria da administração nos municípios?

Precisamos profissionalizar as administrações, voltando a atuação dos governantes à real melhora da qualidade de vida da população. As gestões devem ser bem profissionais para que a população sinta a efetiva melhora das condições de vida e possa atribuí-la à atuação do governante.

O trabalho do Consad é feito por todos os estados (secretários), independentemente de partidos. As propostas elaboradas são consensuais entre os secretários. Como o senhor vê esse trabalho e, na sua opinião, qual a dimensão que os programas desenvolvidos pelo Conselho devem tomar?

O trabalho desenvolvido no Consad é de fundamental importância para a melhoria da atuação dos governos. O trabalho deve tomar dimensão nacional para que as boas práticas desenvolvidas em um estado da Federação se tornem recorrentes em todos os demais, até o dia em que tenhamos uma gestão equânime e de altos resultados.

Com o objetivo de levar o tema Gestão Pública a debate em diversas esferas da sociedade e de governo, o Consad tem realizado ações nesse sentido. Entre elas está a realização, em conjunto com o Ministério do Planejamento, do I Congresso Consad de Gestão Pública, onde foi assinada a Carta de Brasília. Qual a opinião do senhor em relação ao texto do documento?

O texto do documento é de uma riqueza de conhecimento e demonstra a preocupação dos atuais gestores públicos em construir um governo que atenda aos anseios da sociedade, desenvolvendo ações de forte impacto social com o menor gasto possível de recursos públicos. Esse é, sem sombra de dúvida, o caminho mais acertado.

eConsig. A solução em consignações.

Flexível e transparente, ágil e seguro, simples e inovador. Assim é o eConsig, o Sistema Digital de Consignações da Zetrasoft. Presente em mais de 14 estados brasileiros com mais de 2,5 milhões de servidores públicos atendidos. Além de modernizar e organizar o processo operacional de consignações, trabalha de acordo com a sua demanda, contemplando todo tipo de desconto facultativo. Conheça o eConsig. Seja qual for o desafio, ele consegue resolver.



(31) 3194-7700 / (31) 3261-2452
Itua Pernambuco, 1077 - 7º andar
CEP 30130-151 Funcionários BH/MG
econsig@zetrasoft.com.br



Programa de Valorização do Servidor Público marca administração em Alagoas

Gésia Malheiros - Ascom/Segesp

A Secretaria da Gestão Pública do Estado de Alagoas criou o Programa de Valorização do Servidor, junto com a Secretaria-Adjunta de Gestão de Pessoas e da Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas (SDP), que vem gerando resultados positivos mediante a adoção de políticas e estratégias de Gestão de Pessoas que visam ao bem-estar e ao crescimento do nosso principal cliente: os servidores públicos estaduais.

Entre as ações para incentivar o acesso à educação, estão as parcerias com faculdades privadas, dando aos servidores a possibilidade de escolher curso de graduação ou de pós-graduação, com descontos exclusivos. O decreto governamental que firma o convênio entre governo do estado e instituições de ensino também permite a contratação de mais de 1 mil estagiários – de diferentes áreas – para 34 secretarias e órgãos públicos da administração pública estadual.

A Escola de Governo oferece cursos de curta e média duração, inclusive uma pós-graduação em Gestão Pública. Entre a gama de cursos oferecidos estão programa de liderança para gestores; capacitação

de servidores de nível médio; redação oficial; atendimento ao público; como falar em público; liderança para chefes de gabinete; projeto de vida e orçamento familiar; preparação para aposentadoria; informática básica; e ainda os projetos pilotos para cursos de ioga, canto coral, dança de salão e massoterapia.

A área da saúde também foi beneficiada. A Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional realiza um projeto piloto com o Centro de Referência do Trabalhador (Cerest) da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), para que professores possam fazer reabilitação da voz, com a ajuda de fonoaudiólogos da Uncisal.

Outra contribuição da diretoria de Perícias Médicas foi a participação na Comissão Estadual de Insalubridade e Periculosidade, que estabeleceu a implantação e a fiscalização de benefícios a determinadas categorias do serviço público. O agendamento de perícias médicas, visitas domiciliares da equipe de peritos médicos em residências de servidores que não têm condições de ir até o consultório da Perícia Médica também são inovações que beneficiam os servidores estaduais.

Mês do servidor

Pela primeira vez na história do serviço público do estado de Alagoas, os servidores tiveram um mês inteiro de programação voltada para comemorar o Dia do Servidor Público, que é celebrado no dia 28 de outubro. Dentro das ações do Programa de Valorização do Servidor Público, foi possível oferecer várias opções esportivas, de lazer, entretenimento e cultura àqueles que “servem” ao estado de Alagoas.



Servidores participam e se divertem durante as palestras

Hora de relaxar

“Estamos trabalhando para oferecer a excelência para você, servidor público. Somos uma fortaleza trabalhando juntos”, destaca o secretário da Gestão Pública do estado de Alagoas, Guilherme de Souza Lima, na abertura do ciclo de palestras, oficinas, peça teatral, música e muita interatividade, nos dias 22, 23 e 24 de outubro no Teatro Gustavo Leite, no Centro de Cultura e Exposição Ruth Cardoso, no bairro de Jaraguá, Maceió.

Durante três dias, os servidores públicos da administração direta e indireta tiveram intensa programação cultural, artística e lúdica no Centro de Convenções. No primeiro dia do evento, durante toda a manhã, os servidores puderam escolher participar das oficinas “A Arte de Falar em Públíco”; “Oficina de Beleza”, com Mônica Casado; “Comprometa-se! Transforme Intenções em Ações Criativas”; “Arte com Plástico”; “Etiqueta Social e Profissional” e “Cesta de Café-da-Manhã”, com a relações públicas Waleska Paes. No mesmo dia à tarde, o público se surpreendeu com a palestra-show do mágico e publicitário Clóvis Teixeira e, em seguida, com o divertido e regional espetáculo teatral do Grupo Joana Gajuru, “Versos de Um Lambe Sola”.

Na quinta-feira pela manhã, os servidores tiveram seis *workshoppings* nas salas temáticas do Centro de Convenções Ruth Cardoso. “Atitude Empreendedora”; “Pessoas Felizes, Resultados Excelentes”; “Tecnologia a Serviço das Pessoas”; “Aplicação dos Critérios de Excelência nos Resultados Organizacionais”; “Saúde Física e Emocional Influindo nos Resultados Organizacionais” e “Líderes Exitosos e Suas Equipes Vencedoras”. Na quarta-feira à tarde, depois do momento de integração, com muitos risos, descontração e sorteio de brindes, foi a vez da palestra “Motivando com Criatividade”, ministrada pelo renomado conferencista Daniel Godri Júnior. O encerramento da quarta-feira foi com a apresentação do Coretfal, que cantou canções regionais e falou em defesa da revitalização do Rio São Francisco.

Na sexta-feira, último dia da programação no Centro de Convenções, os servidores também tiveram seis opções de *workshoppings* nas salas temáticas do Centro de Convenções Ruth Cardoso, com as seguintes palestras “Acorde!!!”;



Ascom/Segesp

Eugenio Mussak contagia servidores



Ascom/Segesp

Santa Gente

“Servidor Público: Talento de Valor”; “A Verdadeira Face da Responsabilidade Social”; “A Qualidade de Vida e o Homem no Ambiente”; “Projeto de Vida e Orçamento Familiar” e “Sustentabilidade pelas Óticas Social e Ambiental”. A tarde de sexta-feira foi de encantamento para os participantes com a palestra de Eugênio Mussak, “Organizações Inteligentes, Pessoas Talentosas”, e com o Grupo Santa Gente, que com criatividade, cor e humor falou sobre “O Poder de Servir”.

“Espero que esse tipo de evento seja fixado no calendário do governo do estado e que nós possamos desfrutar de momentos como este todos os anos no mês de outubro”, destacou o engenheiro civil da Sesau, Arnaldo Braga Costa Júnior.

Campeonato de futebol

A Segesp, em parceria com a Secretaria de Educação e dos Esportes (SEDS), promoveu o evento futebolístico. A abertura dos jogos ocorreu no dia 10 de outubro, no Ginásio do Cepa, o maior complexo educacional do estado. Atletas das secretarias e demais órgãos públicos organizaram um desfile de apresentação e o representante do Gabinete Militar, o também atleta Valdêncio Melo, cumpriu o ritual com a volta na quadra e acendendo a tocha olímpica.

O secretário da Gestão Pública, Guilherme Lima, foi homenageado pela iniciativa que prestigiou o servi-

dor público durante o mês de outubro. Lima recebeu a placa de homenagem das mãos do atleta de futebol de salão e de campo, o tenente da Polícia Militar (PM) Sérgio Henrique Lima dos Santos. “Não há relação humana mais solidária do que a educação, como também não há melhor forma de se conhecer e fazer amigos do que a prática esportiva”, ressaltou, emocionado, o secretário.

O secretário-adjunto de esportes, Roberto Mendes, lembrou aos servidores-atletas que o esporte é uma prática fundamental na vida do ser humano. “Agradecemos ao secretário de Gestão Pública (Guilherme Lima) pela brilhante iniciativa de promover atividades interativas neste mês em que comemoramos o Dia do Servidor Público. Estamos muito felizes de participar dessa parceria nas olimpíadas organizadas especialmente para os servidores.”

Paralelamente aos jogos, no dia 20, foi celebrada uma missa às 7h30, na Igreja do Livramento, no centro de Maceió. No sábado, dia 25, ocorreu o Torneio de Futebol de Campo, no Trapichão, data em que se comemorou o aniversário de 38 anos do Estádio Rei Pelé. Antes da disputa entre os times das secretarias e órgãos públicos estaduais foi oferecido um café-da-manhã.

O time do Corpo de Bombeiros foi o grande campeão do Torneio de Futebol de Campo. O segundo lugar ficou para o time da Segesp, e o terceiro para a equipe da Polícia Civil. “O torneio de futebol foi lindo. Em especial, as professoras Vânia e Luíza da Secretaria de Educação e do Esporte. Espero que no próximo ano haja também competição para times femininos”, disse a servidora da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda, Carine Dantas.



Ascom/Segesp

Guilherme Lima faz abertura do Ciclo de Oficinas e Palestras



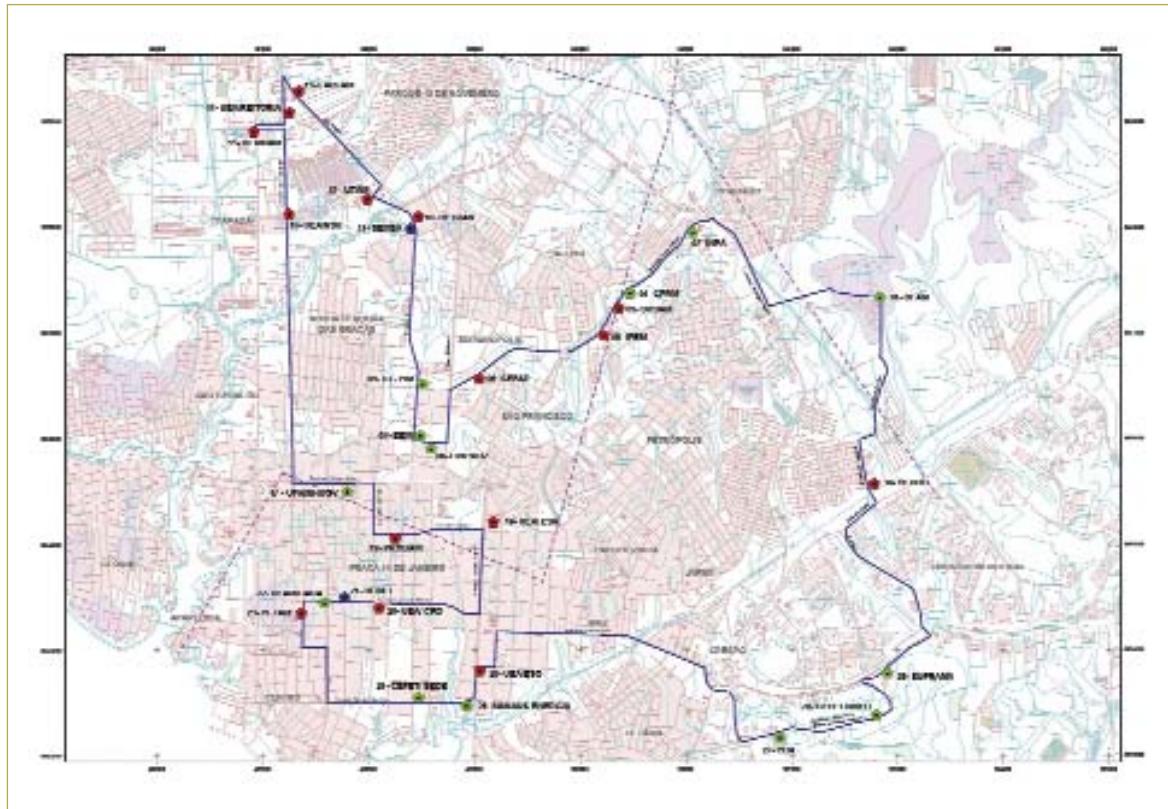
Rede MetroMao: tecnologia de comunicação é instrumento de modernização da gestão no Amazonas

Sead/AM

Uma rede metropolitana de cabeamento ótico está operacional na cidade de Manaus, interligando 45 instituições das esferas federal, estadual e municipal, distribuindo serviços e proliferando conhecimento. A rede é resultado do Projeto MetroMao desenvolvido pelo Governo do Amazonas em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa, instituição vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os órgãos contemplados pelo projeto fazem parte de uma infra-estrutura metropolitana própria de comunicação de dados, à velocidade de 1 GBit/segundo, convergente. Para compor essa infra-estrutura, foram lançados 50 quilômetros de cabo ótico, constituído de 36 fibras, utilizando-se, na maior parte do trajeto, da estrutura de postes da Manaus Energia, concessionária de distribuição de energia, integrante do sistema Eletrobrás, com quem foi firmado um termo de cooperação técnica. A rede tem sua topologia estruturada em forma de anel, garantindo, para todos os órgãos participantes, redundância no percurso do sinal de comunicação.

O benefício imediato gerado pelo projeto é o expressivo aumento da banda de comunicação entre os órgãos, necessária para uma melhor integração com os sistemas de informações estaduais disponíveis ou em implantação. As instituições de ensino e pesquisa contempladas – Universidade Estadual, Universidade Federal do Amazonas, Cefet, Hospital Estadual de Medicina Tropical, Hospital Estadual de Oncologia – têm ainda acesso à Internet totalmente gratuito, sem o dispêndio de qualquer recurso, através do ponto de presença da Rede Nacional de Pesquisa instalado nas dependências da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).



Projetos específicos que necessitem de grande quantidade de banda de comunicação, como videoconferência, telemedicina, ensino a distância, telefonia sobre IP, começam a ser desenvolvidos pelos órgãos interessados, uma vez que a infra-estrutura básica disponível oferece suporte para o desenvolvimento e operação desses tipos de projeto.

O projeto concluído teve coordenação da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT), com intensa participação de representantes dos diversos segmentos da administração pública envolvidos, por intermédio de dois comitês: Técnico e Gerencial. A engenharia do projeto ficou sob responsabilidade da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e da Prodam – empresa de informática integrante da estrutura do governo estadual. O financiamento foi rateado entre o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e do Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Rede Nacional de Pesquisa.

Na primeira fase foram integradas à rede 18 instituições estaduais, das quais nove secretarias e nove órgãos vinculados, que interagem entre si, trocando conhecimentos e acessando sistemas de informações, o que resulta na simplificação e eficiência dos seus processos de trabalho, alcançando, assim, elevados níveis de produtividade.

A segunda fase do projeto

Com o êxito indiscutível alcançado, uma segunda fase do projeto foi delineada pela Unidade de Coordenação Estadual do programa PNAGE, vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan). A segunda fase contempla uma expansão da rede existente, visando a integrar a ela mais 27 órgãos estaduais. O financiamento virá do orçamento do PNAGE, objeto de convênio firmado com o governo federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Encontra-se em andamento o processo licitatório para contratação das obras e aquisição dos equipamentos necessários.

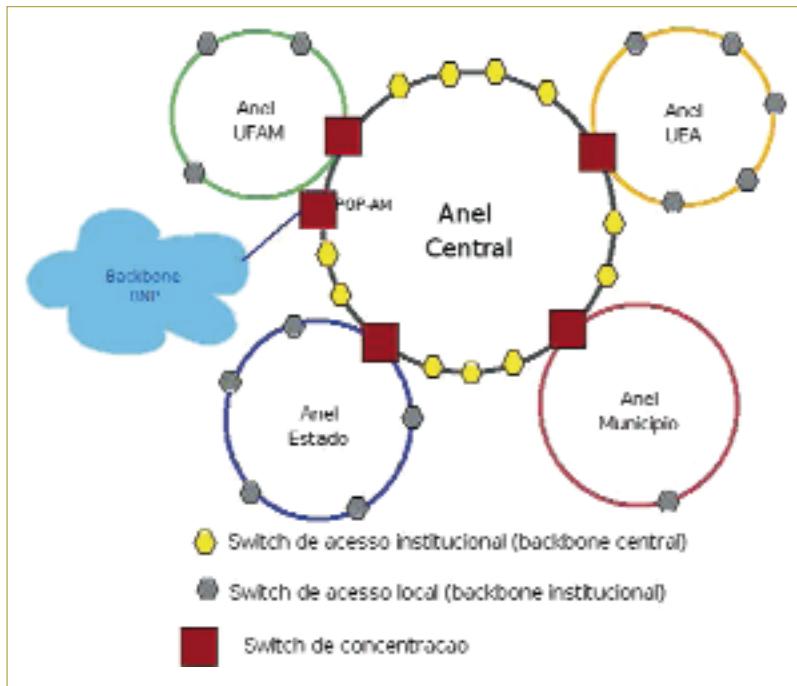
A expansão planejada envolve o lançamento adicional de 20 quilômetros de cabo óptico, mantendo o padrão tecnológico do projeto original. O orçamento estimado é de cerca de R\$ 1.200.000,00.

Finalizada essa expansão, 90% das instituições do Poder Executivo estarão fazendo parte da rede, usufruindo dos benefícios proporcionados pela moderna tecnologia.

A topologia da rede

A topologia física da rede MetroMao comporta um anel óptico, interligando os diversos sites. As fibras do cabo óptico são utilizadas primariamente para implementar um anel central e anéis institucionais que agragarão unidades dessas instituições ou esferas de governo. A topologia é um anel de anéis, em que o anel central agraga os anéis institucionais, bem como instituições que possuem uma unidade apenas (às instituições que possuem mais que uma unidade, serão destinadas duas fibras para formar o anel institucional). A segunda fase do projeto tem por objetivo ampliar a quantidade de sites agregados no anel institucional do estado.

A topologia descrita está representada, de forma simplificada, na figura acima.



A avaliação do secretário de Administração e Gestão

Na percepção do secretário de Administração e Gestão do Estado do Amazonas, Redomarck Castelo Branco, a rede MetroMao tem sido um componente fundamental na engrenagem que movimenta o desenvolvimento, a implantação e a operação dos diversos projetos de modernização da gestão, colocados em prática pela administração estadual.

“Sem a comunicação em alta velocidade e nenhum custo com operadoras de comunicação, proporcionada pela rede MetroMao, não teríamos obtido o sucesso que a gestão estadual alcançou com importantes ações de modernização, todas apoiadas por sistemas informatizados operados em ambiente web”, declarou o secretário.

Entre essas ações destacam-se: o sistema e-Compras, que trata todo o processo de compras governamentais; o sistema e-Pro, em implantação, que cuida da tramitação de processos em todos os órgãos estaduais – o chamado Protocolo Único; o projeto Ajuri, que controla a entrada, o estoque e a saída de materiais de toda a administração estadual; e o projeto Expresso – correio eletrônico institucional que mantém atualmente 8.668 contas de correio cadastradas.

“Para o primeiro semestre de 2009 está planejado o início da implantação do Sistema Integrado de Gestão Recursos Humanos (SIGRH/AM), desenvolvido sob medida para o estado do Amazonas, com aplicação intensiva da tecnologia de informação nos processos de trabalho. Sem dúvida alguma, a MetroMao, já expandida, potencializará, em muito, o sucesso dessa nova empreitada”, concluiu o secretário.

Previdência com qualidade

Criando um Estado de Excelência

José Diógenes Rocha Silva - Seplag

O Programa Previdência com Qualidade – Criando um Estado de Excelência, da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), do estado do Ceará, foi elaborado a partir da constatação de que as atividades de previdência do estado não vinham sendo desempenhadas com grau de satisfação adequado para os que buscavam seus direitos, sendo o principal motivo da insatisfação a elevada demora no atendimento dos pleitos, dado o grande volume de pedidos. O tempo médio de conclusão dos processos de aposentadoria, por exemplo, era de aproximadamente um ano. Considerando todo o estado, existiam cerca de 34.800 processos de previdência em tramitação.

Foi verificado, ainda, que, desses processos, cerca de 80% retornava aos órgãos de origem por instrução inadequada, pela falta de documentos necessários à análise dos pleitos e por incorreção nas informações prestadas.

Como se não bastasse, a complexidade e a peculiaridade dos processos de previdência e as constantes reformas no sistema do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) também concorreram de forma substancial para o aumento da demanda de serviços. Daí a idéia da Seplag de executar o Programa Previdência com Qualidade – Criando um Estado de Excelência.

O programa

Com a proposta de impor qualidade à Previdência

do estado, o programa, iniciado em junho/2008, objetiva, além da obtenção da qualidade, reduzir o tempo de tramitação, criar multiplicadores da qualidade e eliminar o estoque de processos existentes. Está previsto, entre suas ações, um sistema de valorização e reconhecimento que avalia a qualidade dos serviços, premiando as setoriais e os colaboradores que zelam pela qualidade dos processos da Previdência.

São avaliados, a partir de critérios pré-definidos, entre outros aspectos, o tempo médio de tramitação dos processos; os índices de satisfação do interessado, com base nos registros das ouvidorias dos órgãos do governo; e a apresentação de inovações para melhoria dos processos e do atendimento prestado ao servidor.

Ao final do primeiro ano do programa, serão premiados os três órgãos e os dez colaboradores mais bem classificados. As secretarias e órgãos do governo que apresentarem serviços de boa qualidade serão premiados com o Selo Previdência com Qualidade. Os colaboradores receberão prêmios para shows culturais, participação em cursos e outros eventos.

O acompanhamento do desempenho das atividades é mensal e trimestralmente são divulgados os resultados do período em evento realizado na Seplag. A avaliação para a concessão do Selo Previdência com Qualidade ocorre anualmente.

Para avaliar as ações do programa, foi criada uma Comissão de Avaliação multissetorial, à qual compete analisar relatórios estatísticos, preparar o ranking das setoriais, classificar e indicar os colaboradores para premiação. Também cabe à comissão realizar visitas



José Diógenes Rocha Silva, falando no treinamento

técnicas de acompanhamento às setoriais, para avaliação do desempenho. Os resultados dessas avaliações são enviados às setoriais, com propostas de ações corretivas, quando é o caso.

A Seplag desenvolveu, ainda, um sistema de registro estatístico (QPrev-Qualidade na Previdência) em que são apurados todos os processos e acompanhado o desempenho individual dos servidores.

O programa foi instituído para ser executado em duas fases. A primeira, por meio da capacitação dos servidores de todos os órgãos estaduais responsáveis pelos serviços, em suas respectivas unidades de recursos humanos, ligados à Previdência. A segunda, mediante a realização de diagnósticos da situação individual dos órgãos e o estabelecimento de planos para solucionar os problemas detectados, de modo a garantir “zero” de erros nos novos processos iniciados.

Foram ministrados **treinamentos** com a participação de cerca de 110 servidores e realizado mutirão de análise dos processos da Previdência, a fim de tornar os dois eventos mais eficazes, unindo a parte teórica à prática e possibilitando o esclarecimento de dúvidas. A idéia é formar tutores que possam multiplicar, em suas unidades, conhecimentos a respeito da Previdência, com ênfase na aplicação da legislação previdenciária e na adequada instrução dos processos. Com o mutirão, foi “zerado” o estoque de processos que aguardavam análise de documentação.

A segunda fase do programa – “zero de erros” – ainda se encontra em andamento, com previsão de conclusão em junho de 2009.

O regime próprio de previdência social do estado do Ceará é responsável pelo custeio dos benefícios previdenciários concedidos aos servidores públicos e a seus dependentes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e Tribunais de Contas do estado e do município, com exceção dos agentes políticos ocupantes de cargo eletivo e dos nomeados para o exercício de cargos em comissão.



Silvana Parente, secretária do Planejamento e Gestão, na abertura do treinamento



| Critérios | Pontuação máxima |
|---|------------------|
| a) Eliminação do estoque de processos antigos | 3.000 |
| b) Atingimento do padrão de qualidade nos processos novos: | |
| - Qualidade dos processos instruídos e analisados | 2.000 |
| - Tempo médio de tramitação dos processos | 2.000 |
| - Qualidade no atendimento ao servidor (Ouvidoria e caixa de sugestões) | 1.000 |
| c) Apresentação e/ou implantação de ações de inovação e melhorias | 2.000 |
| Total de pontos | 10.000 |

Governo do ES inova na gestão e estimula cultura empreendedora no serviço público estadual

Ascom/Seger



Ricardo de Oliveira,
secretário de Estado de
Gestão e Recursos Humanos

Consolidar uma cultura empreendedora no serviço público estadual. Esse é o objetivo do Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), para que sejam alcançados resultados ainda mais positivos para a sociedade a partir de uma gestão inovadora e criativa, sempre com foco no cidadão e na melhoria da qualidade do serviço prestado.

Para o secretário de Gestão e Recursos Humanos do ES, Ricardo de Oliveira, que atua como vice-presidente do Consad, ter uma cultura empreendedora disseminada entre os servidores públicos contribui para mudar a realidade. Para isso, uma das ações que vêm sendo desenvolvidas pelo governo estadual é a parceria da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp) com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), firmada desde 2006, com o oferecimento do curso Empretec aos servidores.

Empretec no ES

Mais de 1.700 servidores estaduais e municipais já participaram do Empretec, a partir da parceria da Esesp com o Sebrae e foram formados empreendedores públicos. O objetivo da administração estadual com a oferta do curso é melhorar a capacidade de gestão do serviço público, desenvolver características comportamentais do empreendedorismo nos gestores públicos; aumentar o nível de resolutividade dos gestores; e alcançar resultados mais eficientes na prestação dos serviços públicos.

A iniciativa do governo do estado em oferecer o Empretec aos servidores é única em todo o Brasil, pois estabeleceu sua

Turma de servidores em capacitação na Esesp

estratégia de capacitação em formar o maior número possível de servidores e, hoje, já é a maior instituição no mundo em número de pessoas formadas

“O servidor empreendedor é aquele que vai atrás das soluções dos problemas e que quer a cada dia melhorar o atendimento à população”, salienta o secretário. O governo financia o curso tanto para o servidor do estado quanto para o servidor do município. “Queremos espalhar servidores capacitados e empreendedores públicos por todo o Espírito Santo. Chegou a hora do empreendedorismo no estado, esse é um projeto de governo que está sendo consolidado”, disse Oliveira.

O Empretec é um programa de desenvolvimento de competências empreendedoras da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Comércio e Desenvolvimento. É licenciado no Brasil pelo Sebrae e considerado o melhor treinamento de empreendedorismo do mundo, já tendo capacitado mais de 150 mil pessoas em mais de 25 países.

Inoves

O secretário Ricardo de Oliveira salienta outro importante projeto implantado pelo Governo do Estado do Espírito Santo para consolidar a cultura empreendedora no serviço público capixaba, o Inoves – Prêmio de Inovação na Gestão Pública.



lidade, reduzindo gastos e melhorando o atendimento à população.

A participação de projetos inovadores e empreendedores no Inoves vem crescendo a cada edição do prêmio. No primeiro, em 2005, 42 projetos foram inscritos. Na edição deste ano, o número deu um salto para 181 trabalhos inscritos.

Além do aumento no número de projetos inscritos, a qualidade dos trabalhos também cresceu. Podem participar do Inoves trabalhos de servidores estaduais e municipais que tenham pelo menos seis meses de implantação e que tenham apresentado resultados.

Investindo em pessoas

Aliado ao incentivo de promover a cultura empreendedora no Governo do Estado do ES, está, também, o crescente investimento na capacitação dos servidores, que pode ser mostrado a partir dos números. A diretora da Esesp, [Maria Luiza dos Santos Veloso](#), fala sobre o crescimento da instituição nos últimos anos.

Segundo dados apresentados pela diretora, em 2002, foram capacitados 900 servidores. “A partir da reestruturação da Esesp, em 2007, foram 7 mil capacitações e, para este ano, a previsão é de que cheguemos a 10 mil servidores públicos capacitados, estaduais e municipais”, anunciou.

Para o secretário de Gestão e Recursos Humanos e vice-presidente do Consad, Ricardo de Oliveira, a revolução que foi feita na Esesp e que está sendo realizada na capacitação dos servidores estaduais é um marco da atual gestão. “E eu tenho certeza de que todos os servidores estão fazendo a diferença no seu local de trabalho com essa força empreendedora que estamos construindo no estado”, disse.



O prêmio, criado em 2005, premia idéias inovadoras que são colocadas em prática por equipes de servidores públicos. O objetivo é estimular a modernização da administração pública, reconhecendo iniciativas que visem à produção de serviços de qua-

Goiás lança cartilha para conscientizar servidores sobre o crédito consignado

Ricardo Santana - Assessoria de Imprensa/SGE

O Governo de Goiás, por meio de convênio firmado com a Associação de Bancos nos Estados de Goiás, Tocantins e Maranhão (Asban), lançou uma cartilha para os servidores públicos com informações sobre os empréstimos consignados em folha de pagamento. A confecção dessa cartilha faz parte de um amplo programa de ação do governo estadual para aumentar a segurança e disciplinar a atuação das dezenas de instituições financeiras que fazem empréstimos para os servidores.

Nesta primeira fase foram impressas 156 mil cartilhas (Goiás possui 150 mil servidores), que serão distribuídas em todos os órgãos do Poder Executivo. Segundo dados da Superintendência de Gestão da Secretaria da Fazenda (Sefaz), dos 149.901 servidores aptos a contrair empréstimo consignado em outubro, 77.643 tiveram valores descontados na folha, repassando aos bancos um valor de R\$ 34,8 milhões.

Para o superintendente de Gestão da Sefaz, Luiz Edgar Tollini, com a cartilha o Governo de Goiás dá mais um passo na conscientização dos servidores quanto aos cuidados que devem ter antes da tomada dos empréstimos. Segundo Tollini, os servidores utilizam atualmente apenas 12,5% da margem consignável da folha de pagamentos, que pode chegar até o limite de 30%, conforme a lei estadual nº 13.847, de 2001, que instituiu o empréstimo consignado.



Superintendente de Gestão Estadual, Luiz Edgar Tollini, superintendente do Procon-GO (à direita) e presidente da Asban (à esquerda) no lançamento da cartilha de crédito consignado para os servidores

A cartilha – Para facilitar o transporte e o manuseio, a cartilha foi editada em formato de livreto de bolso. Ali os servidores têm orientações gerais sobre o funcionamento das consignações, direitos e deveres das partes, tempo para liberação dos empréstimos e formas de desconto. A cartilha explica também o que é o Custo Efetivo Total (CET), que deve conter todas as taxas e cobranças do contrato em um índice único para facilitar a escolha pela instituição que melhor atender às suas necessidades.

Os servidores encontrarão na cartilha endereços e telefones dos órgãos que ele pode procurar para reclamar ou esclarecer dúvidas sobre os contratos, tais como Procon, Banco Central e ouvidoria da Sefaz. Quem quiser fazer um empréstimo deve procurar sempre os agentes credenciados pela Asban. Para isso, encontrarão na cartilha uma lista das entidades associadas que, obrigatoriamente, devem seguir as instruções normativas editadas pelo Governo de Goiás, instruções estas que oferecem maior segurança ao servidor que vier a solicitar esta modalidade de empréstimo.

Principais mudanças instituídas pelo Governo de Goiás para aumentar a segurança no sistema de empréstimos consignados para os servidores:

1. Os bancos e entidades consignatárias devem entregar aos servidores uma cartilha com orientações gerais sobre o funcionamento das consignações.
2. A simulação do empréstimo obedecerá reso-

lução do Banco Central, que instituiu o Custo Efetivo Total (CET), e informará o valor real da operação, quanto o servidor irá receber e as respectivas taxas de juros mensais e anuais.

3. O valor do empréstimo deverá ser creditado apenas em conta corrente ou conta poupança do próprio servidor que contratar a consignação.
4. Amplia o número de parcelas para contratação do crédito consignado na folha de pagamento de 36 meses para até 60 meses.
5. Aplicação de penalidades mais rigorosas no controle dos contratos e na ação dos correspondentes bancários para evitar fraudes na consignação, bem como informações de saldo devedor para fins de quitação. As penalidades vão de advertência à exclusão definitiva do sistema.
6. Validação eletrônica das operações, que agilizará o processo, inclusive para situações de compra de dívida (refinanciamento).
7. Proibição de cobrança da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e da Tarifa de Liquidação Antecipada (TLA) dos financiamentos. Elas devem ser embutidas no valor real de juros.
8. Os bancos e entidades consignatárias deverão informar, no site da Secretaria da Fazenda (www.sefaz.go.gov.br), as taxas de juros e demais encargos efetivamente praticados para o cálculo simulado do empréstimo.



Central de atendimento ao cidadão inaugurada em parceria com iniciativa privada

Shoppings reconhecem força das centrais de atendimento do estado

O Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão, conhecido como Vapt Vupt, passou a ter reconhecida, pelo setor privado, sua capacidade de ser um produto com alto poder de geração de tráfego. As 19 unidades do Vapt Vupt instaladas no estado realizam por mês 650 mil atendimentos, o que significa a circulação de aproximadamente 1 milhão de usuários em suas dependências. E a pesquisa de satisfação dos usuários apresenta, há diversos anos, índices médios de aprovação do atendimento superiores a 97%. Diante desses números, a administração estadual adotou nova forma de relacionamento com os empresários dos shoppings onde o Vapt Vupt está instalado. As negociações incluem a isenção total do aluguel dos espaços tendo em vista o público que as centrais atraem.

Agora, a Superintendência de Gestão Estadual, que cuida do Programa Vapt Vupt, deu um passo adiante nesse processo. No início de novembro, inaugurou uma unidade em um shopping popular de Goiânia, com custo zero para o Tesouro Estadual. O investimento, de aproximadamente R\$ 1 milhão, utilizado na construção da nova unidade foi realizado integralmente pelo centro de compras. Nesse valor estão incluídas a adequação física e a aquisição de móveis, equipamentos de informática, central de ar-condicionado, sinalização e elevador para portadores de necessidades especiais. Outra central de atendimento, em parceria com a iniciativa privada, está programada para ser inaugurada em dezembro/2008.

Programa de Saúde no Serviço Público do governo goiano é destaque em fórum

Ao passar por uma reestruturação a partir de janeiro de 2008, o Programa de Saúde no Serviço Público, desenvolvido pelo governo goiano, colhe frutos e tem suas ações seguidas pela Secretarias de Saúde e pelo Ministério Público de Goiás. De acordo com a gerente de Saúde e Prevenção da Secretaria da Fazenda, dra. Maria Cristina Dafico, que coordenou as mudanças, o Governo de Goiás está na frente em relação aos demais estados do país porque instalou o Programa de Saúde em todos os órgãos do Poder Executivo; tem uma coordenação central; e uniformizou toda sua documentação técnica, que está disponível na internet para os servidores e departamentos de Recursos Humanos (acesse www.administracao.go.gov.br e clique no ícone Saúde no Serviço Público). Essa uniformização dos documentos e modelos, bem como sua disponibilização, foi elogiada pelo Ministério Público do Estado como modelo a ser seguido, durante congresso do Fórum de Saúde e Segurança do Trabalho, coordenado pela Procuradoria Regional do Trabalho.



Maria Cristina Dafico, gerente de Saúde e Prevenção, responsável pelo Programa de Saúde no Serviço Público



CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Uma nova marca
para um novo momento.



PAI: Inovação na Administração Pública e estímulo aos aposentados do Maranhão

Ascom/SES
Ascom /SEAPS

O Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) é uma iniciativa inovadora do Governo do Maranhão, de grande importância para os aposentados e também para suas famílias. O programa procura fortalecer a participação social e política desse segmento, contribuindo para a conscientização do seu processo de envelhecimento, juntamente com o pleno exercício da sua cidadania. “É uma das nossas principais ações de valorização do servidor público estadual”, explica Helena Castro, secretária de Estado de Administração e Previdência Social.

Dos mais de 20 mil aposentados e pensionistas do estado, 12 mil são cadastrados no PAI e pelo menos 600

participam de atividades diárias do programa, como prevenção a doenças, atividades físicas e oficinas e exposições de arte - tudo oferecido gratuitamente.

Para Vera Raposo, supervisora do PAI, “um dos aspectos mais importantes do programa é a sua consonância com as políticas públicas para o idoso, em especial, com o seu estatuto”. Vera se refere à responsabilidade descrita no estatuto, assumida pelo PAI, que diz ser “obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público, assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.



Fazer tudo, só que em outro ritmo

Dona **Loimar Pastor Santos**, hoje com 82 anos, foi uma das pessoas que testemunharam o início do PAI, em julho de 1992. Praticante de tai-chi-chuan e agora integrante de uma das duas turmas de dança de salão, ela diz que dá graças a Deus por participar das atividades físicas que a mantêm viva: “Depois dos filhos criados, descobri que ainda posso me divertir. Sinto-me bem, levanto cedo e faço caminhada. Faço tudo, só que em outro ritmo”, afirma, entre sorrisos.

A influência da atividade física na promoção da auto-estima dos aposentados do PAI foi tema de pesquisa da assistente social do programa Rosário Gomes. A grande maioria não fazia atividade alguma, como natação, hidroginástica, ginástica doce ou futebol. No final, o resultado foi 100% positivo. Juçara Cavalcanti, também assistente social do PAI, nos explica que “a maior parte do público atendido pelo programa ganha até dois salários mínimos, o que inviabilizaria o pagamento de serviços que aqui eles têm gratuitamente”.

Vários estudos já mostraram que fazer exercícios evita doenças diversas. E não é só isso: os exercícios são muito importantes porque deixam a pessoa, em especial o idoso, mais ágil, mais independente, com mais vontade de viver, se divertir. Quem participa freqüentemente de atividades físicas e culturais com certeza tem mais disposição para sair com amigos e familiares, namorar, fazer novos planos ou realizar desejos antigos e novos.

Multidisciplinar

O PAI trabalha suas ações distribuídas em diversas áreas, como:

SAÚDE - melhora da qualidade de vida por meio de atendimento médico, serviço de enfermagem, terapia ocupacional e fonoaudiologia, encaminhamento, orientação e prevenção da diabetes, entre outras;

ÁREA JURÍDICA – orientação sobre assuntos jurídicos, nos diferentes aspectos do direito;

ÁREA SOCIAL – elevação da auto-estima por meio de atendimento individual e grupal, de palestras, cursos, encontros, seminários, eventos culturais, sócio-educativos e de lazer, oficinas de hidroginástica, natação, tai-chi-chuan, ioga, musculação, ginástica localizada, dança, futsal, canto coral e ginástica doce.

ÁREA ADMINISTRATIVA – entrega de contracheques pelos Correios e distribuição do jornal *Notícias do Aposentado*;

ARTE-EDUCAÇÃO – promoção de eventos e atividades artísticas, como vernissages, exposições e o Café com Arte.



Aula de tai-chi-chuan

UNITI, outro projeto inovador

Além do PAI, foi também na Supervisão de Apoio ao Aposentado da Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social (SEAPS), do Governo do Maranhão, que surgiu o projeto da Universidade Integrada da Terceira Idade (Uniti), em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e o Serviço Social do Comércio (Sesc) – MA.

As linhas de ação do projeto obedecem às diretrizes da Política Nacional do Idoso, com vista ao enfrentamento de problemas específicos da terceira idade, no Maranhão. Também são oferecidos cursos de extensão, por meio de atividades educacionais, culturais e sociais, além de criar condições para o resgate da autoconfiança e da auto-estima. Desde 1996, mais de 1.500 idosos já passaram pela Uniti.



MATO GROSSO

Ações de Qualidade de Vida integram e promovem o bem-estar de servidores públicos

Assessoria/SAD-MT

Prazer em ir para o trabalho, em encontrar os colegas, em atender à população com qualidade. Essa realidade pode ser constatada em vários órgãos da administração pública estadual e é resultado de um trabalho desenvolvido desde 2003, quando o governo do estado implantou o Programa de Valorização e Conscientização do Servidor Público Estadual.

O secretário de Administração, Geraldo de Vitto Jr., explica que antes o servidor era visto como recurso. “Os servidores eram isolados em cargos, trabalhavam em horários rigidamente estabelecidos e tinham que se preocupar com normas e regras. A subordinação ao chefe, a fidelidade à organização e a dependência da chefia para realizar trabalhos eram outros fatores que minavam o desejo do servidor de executar bem o seu trabalho.”

“Hoje, o servidor é tratado como parceiro. Ao invés de ficar isolado em um cargo, ele trabalha como colaborador, agrupado em equipes. No lugar de horários engessados, metas negociadas e compartilhadas, com horários flexíveis. Agora o servidor se preocupa com resultados, e não só com normas e regras. A interdependência entre colegas e chefia, a participação e o comprometimento, no lugar da alienação em relação à organização, são outras mudanças aplicadas com o programa”, destaca De Vitto, visivelmente feliz com as mudanças.

A preocupação com o bem-estar do servidor, com o bem comum, o bem da maioria, expresso sob todas as formas de satisfação das necessidades coletivas, é o ponto principal das ações desenvolvidas pelas coordenadorias e gerências de Qualidade de Vida de todos os órgãos governamentais. A Qualidade de Vida, caracterizada por ambientes harmoniosos e saudáveis em todas as dimensões do ser humano, procura integrar por meio dessas ações os servidores de todos esses órgãos.

Eventos como o Dia da Mulher, a Quinta Semana do Servidor, o Quinto



Festa junina dos servidores públicos estaduais reuniu mais de 2 mil pessoas este ano no estacionamento da SAD



O secretário de Administração Geraldo de Vito e a primeira-dama do estado, Terezinha Maggi (de preto), posam junto aos servidores que participaram da primeira edição do Festival de Música

Arraiá do Palácio, o Culto Ecumênico, o Quarto Agita Servidor para uma vida saudável, o Segundo Festival de Música, as homenagens aos servidores com 25 anos de serviço público e o investimento em cursos de capacitação e educação continuada, por meio das escolas do servidor, são provas da busca do governo estadual de oferecer aos servidores melhores condições de trabalho, mediante investimento em ações que promovam o bem-estar físico, emocional e espiritual do servidor.

“O governo acredita que é fundamental desenvolver o lado social do ser humano no seu ambiente de trabalho. E quando nós oportunizamos ao servidor ações dessa natureza, a resposta é imediata. Um exemplo? Aproximadamente 1.200 servidoras participaram de uma palestra ministrada no Centro de Eventos Pantanal em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Isso prova que, quando é dada a chance ao servidor, ele participa”, lembra a coordenadora de Desenvolvimento Pessoal e Profissional da Superintendência da Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Administração, Flores Terezinha.

Arraiá do Palácio

E exemplos não faltam quando se trata da valorização do servidor. O Arraiá do Palácio, que este ano chegou a sua quinta edição, contou com a colaboração, na organização e na contribuição com mão-de-obra e doações de materiais de aproximadamente 100% dos órgãos da administração pública direta e indireta. “A participação dos órgãos tem aumentado a cada ano. Este ano quase todos os órgãos estiveram envolvidos, de alguma forma, na organização do evento.”

E os servidores fizeram a sua parte: participaram ativamente do Arraiá, trazendo não só seus filhos e amigos, mas também seus pais, mães, avôs e avós. A entrada para o evento foi 1 quilo de alimento não perecível, o que dava direito a um kit alimentação, com doces e o jantar.

Governador Blairo Maggi e casal de noivos caipiras no 5º Arraiá do Palácio



Servidores dançam a quadrilha, até mesmo sem estarem a caráter

Ao todo, foram arrecadadas aproximadamente 2,5 toneladas de alimentos durante o Arraiá, que foi presidiado pelo governador do estado, Blairo Maggi, a primeira-dama, Terezinha Maggi, o vice-governador, Silval Barbosa, e praticamente todo o secretariado. “Aproveitamos esta oportunidade para estar junto com os servidores do estado, apoiar e reconhecer o trabalho de cada um deles. Assim podemos conversar um pouco, sem as preocupações do dia-a-dia. São essas pessoas que formam a administração pública”, afirmou o governador no dia do evento. Maggi ainda destacou o fato de que o evento une ainda mais o secretariado, tornando a administração do estado interligada entre todas as pastas.

Espiritualidade

O respeito com a questão espiritual também merece destaque. Independentemente do credo, os cultos ecumênicos realizados todos os anos pelo go-

verno são celebrados por um representante católico, um espírita e um evangélico e sempre contam com a presença do governador e da primeira-dama.



Governo do Estado realiza culto em ação de graças ao Dia das Mães



Semana do Servidor

A Quinta Semana do Servidor este ano trouxe, além do culto ecumônico, da homenagem aos servidores com 25 anos de casa e do Segundo Festival de Música do Servidor, outras duas novidades: a Primeira Corrida e Caminhada do Servidor Público e a Primeira Feira de Artesanato do Servidor.

Para a segunda edição do Festival de Música, 30 servidores se inscreveram, dos quais 20 foram selecionados, dez na categoria interpretação e dez na categoria inédita. Destes, apenas dez gravarão o segundo CD “Talentos de Mato Grosso”.

O primeiro CD “Talentos de Mato Grosso” foi lançado no dia 6 de maio deste ano. Treze servidores gravaram músicas. A festa de lançamento contou com a participação, além do secretário Geraldo de Vitto, da primeira-dama do estado e secretária de Emprego, Trabalho, Cidadania e Assistência Social (Setecs), Terezinha Maggi.

Entre os servidores que tiveram suas canções gravadas, quatro vieram de municípios do interior de

Servidores fazendo ginástica aeróbica durante as comemorações do Semana do Servidor em 2007, na Praça das Bandeiras

Mato Grosso especialmente para o evento. Ricardo Silva Lacerda e Josivaldo Constantino dos Santos, ambos servidores da Universidade de Mato Grosso (Unemat) de Cáceres, e Denivaldo Pereira dos Santos e Maurício Coelho Ribeiro da Silva, que viajaram mais de 1 mil quilômetros (Confresa fica a 1.160 km de Cuiabá) para participar.

Segundo a coordenadora Flores Terezinha, a característica mais importante do Festival de Música é que todos os servidores puderam participar. “Contratados, estagiários, comissionados. Independentemente do cargo, do status, participou quem quis.”

“Esta é uma idéia que já está amadurecida no nosso governo. A qualidade de vida e a integração dos servidores são importantes, pois o servidor satisfeito com o seu trabalho gera um melhor atendimento à população, produz melhor. E é preciso valorizar quem faz o estado ser o que é, quem movimenta o estado, que é ninguém mais que o servidor público”, salienta De Vitto.

Governo participativo

Participar. Essa é a palavra de ordem da Gestão Maggi, com prioridade às ações de Qualidade de Vida, por acreditar que essas ações são de extrema importância. “A participação do governador e de secretários nesses eventos é fundamental, pois elas motivam a participação de outros servidores. O secretário De Vitto sempre nos apoiou, sempre esteve ao nosso lado, sempre se esforçou para participar dessas ações. O resultado disso é o sucesso, cada vez maior, das ações desenvolvidas pela Qualidade de Vida”, afirmou Flores.

Capacitação

Mas a Qualidade de Vida não é feita apenas de festas. No início do segundo semestre deste ano, o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Administração (SAD), firmou convênio junto ao Instituto Cuiabano de Educação (ICE) para proporcionar ao servidor público estadual um desconto de 32% sobre as mensalidades das séries do Ensino Fundamental e Médio e de cursos de graduação e pós-graduação.

Além dos servidores, também podem usufruir desse desconto os cônjuges, filhos e quaisquer pessoas que forem declaradas no último imposto de renda como seu dependente. De Vitto ressalta que é preciso enaltecer essa parceria, pois é uma grande porta de entrada para o mundo do conhecimento que está sendo oferecida aos servidores públicos. “Este é um marco no governo do estado, que está proporcionando mais uma forma de acesso à educação aos seus servidores. É uma parceria inédita, e quem tem a colher frutos dela é o próprio servidor.”

Outra porta de conhecimento a que o servidor tem acesso é por intermédio da Superintendência de Escola de Governo, ligada a SAD, que constantemente oferece cursos de capacitação e-learning, educação continuada, oficinas e até mesmo oportunidade de pós-graduação. Além de promover projetos que valorizam a participação do servidor público na melhoria do seu ambiente de trabalho e na gestão do estado, como é o caso do projeto Ciranda Inovadora.

Este ano, 71 servidores públicos estaduais concluíram o curso de especialização em Administração Pública, oferecido pelo governo do estado, por meio da Superintendência de Escola de Governo em conjunto com a Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Recentemente, um novo convênio foi firmado entre o governo do estado, por meio da Superintendência de Escola de Governo e Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso (Fapemat), com a UFMT e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), oferecendo ao servidor público a possibilidade de ingressar no mestrado em Administração a ser ofertado na modalidade Mestrado Interinstitucional (Minter). Foram oferecidas 25 vagas.

Construção

Apesar de todos esses eventos e realizações, a política de Qualidade de Vida do Servidor ainda está em construção em Mato Grosso. Um grupo formado por servidores ligados à Gestão de Pessoas de todos os órgãos governamentais vem, desde o início do ano, discutindo novas formas de atuação e limites para a implantação de uma política normatizada de valorização do servidor e de qualidade de vida no trabalho.



Secretário Geraldo de Vitto entrega o troféu de primeiro lugar, em 2007, para a servidora da Secretaria de Comunicação, Cristina



O secretário de Administração, Geraldo de Vitto, e a primeira-dama do estado, Terezinha Maggi (de preto), posam junto aos servidores premiados na primeira edição do Festival de Música

Minas Gerais: políticas de RH com foco na excelência da gestão

Ascom/Seplag

Apartir de 2003, o Governo de Minas Gerais iniciou um processo de modernização da gestão pública, procurando implementar conceitos adotados pela iniciativa privada, incluindo a fixação de metas com foco nos resultados. O objetivo prioritário foi estabelecer um novo modo de operação do estado, reorganizando a administração pública e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, além de recuperar o vigor político de Minas Gerais. Essa nova realidade denominada Choque de Gestão saneou os graves problemas fiscais do estado, sendo transformado num dos projetos estruturadores do governo.

A evolução dessa nova maneira de administração pública teve como base duas orientações do governador Aécio Neves no sentido de fazer mais e melhor com menos e de gastar menos com o próprio estado e mais com o cidadão, priorizando questões até então ausentes na administração pública brasileira. A visão de futuro que balizou esses procedimentos é a de tornar Minas Gerais o melhor estado para se viver.

O Choque de Gestão busca sempre a obtenção de resultados baseados na qualidade e na produtividade, mediante critérios de incentivos que induzam o maior comprometimento dos atores responsáveis. O equilíbrio das finanças de Minas Gerais, atingido com o Déficit Zero, já em 2004, não teria sido

possível sem o Choque de Gestão, um conjunto de medidas que visavam à modernização e à eficiência do serviço público, com novos métodos de administração.

Eficiência

Um dos pilares desse processo é o investimento continuado na capacitação do servidor público, proporcionando melhores serviços aos cidadãos. Essa política regulamentada pelo Decreto nº 44.205, de 12 de janeiro de 2006, foi um marco na administração pública visando ao aumento da eficiência e da qualidade do serviço público em Minas Gerais, cujo objetivo é o de fomentar a capacitação dos servidores, de acordo com as especificidades de cada órgão e entidade. Assim, foram definidos recursos orçamentários para que as instituições da administração direta, autarquias e fundações possam investir na capacitação de seus respectivos servidores.

Com base nas demandas de capacitação apresentadas, o Plano Anual de Desenvolvimento do Servidor oferece aos servidores estaduais diversos cursos de reciclagem e capacitação, de acordo com a necessidade de cada setor. Para isso, cada órgão e entidade faz um levantamento de demandas por ações de desenvolvimento verificando as necessidades de capacitação de sua equipe, com o objetivo de melhorar o desempenho de suas atividades e auxiliar no alcance dos resultados de cada unidade administrativa.

Parceria

Para que os servidores públicos tenham um alto nível de excelência no exercício das suas funções, o Governo de Minas conta com a parceria da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, instituição que se tornou referência nacional na formação de gestores públicos.

O curso superior de Administração Pública, mantido pela Fundação João Pinheiro (FJP), é um programa de graduação que funciona desde 1994, estratégico para a modernização do serviço público estadual, formando profissionais para atuar nas áreas de gestão governamental, formulação, implantação e avaliação de políticas públicas. É o único curso universitário no país orientado para a formação de profissionais que integrarão, após graduados, uma carreira específica de estado de nível superior, a de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

O curso, além de ser considerado o melhor em Administração do país pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), recebeu a indicação de cinco estrelas do *Guia do Estudante* da Editora Abril, o mais alto conceito atribuído pela publicação a um curso.

Além de ser uma instituição de ensino superior, a FJP oferece pós-graduação, capacitação e treinamento de gestores públicos, incluindo cursos de curta duração destinados à qualificação de servidores do estado e outros profissionais com atividades relacionadas à área governamental.



Telecentro em Unidade de Atendimento Integrado



Unidade de Atendimento Integrado (UAI) do Barreiro





Aula inaugural do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG Minas)

Gestores qualificados

Dentro desse contexto, a participação dos gestores públicos nos cursos de capacitação é de fundamental importância para a integração das ações governamentais que beneficiem a população. Para desenvolver a capacitação desse contingente, a Secretaria de Planejamento e Gestão criou, em parceria com a Fundação Dom Cabral, o Programa de Desenvolvimento dos Gestores Públicos (PDG Minas) no âmbito do projeto estruturador “Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos”.

Os participantes do programa são superintendentes, diretores, chefes de gabinete, auditores setoriais e assessores das secretarias de estado de Minas Gerais. Em 2008, primeiro ano em que está sendo realizado, formou 380 gestores, que passaram por um treinamento, com carga horária de 120 horas, das quais 112 horas presenciais. A meta é de que, até 2009, passem pelo curso cerca de 1.200 gestores. Assim, cerca de 60% do pessoal lotado nos cargos passará pelo treinamento.

Outra inovação na política de gestão de Minas Gerais é o processo de Certificação Ocupacional, cuja proposta é a formação de um banco de profissionais credenciados para prestar serviços ao estado ocupando cargos estratégicos na administração pública com a competência, conhecimento, atitude



Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG)



Palestra do prof. Mário Sérgio Cortella no PDG Minas



Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG Minas

Palestra do Prof. Mário Sérgio Cortella no PDG Minas

Aula do Prof. Anastasia no PDG Minas

e habilidades necessárias para o desempenho das atividades. A proposta é de que, no futuro, a exigência dessa certificação se estenda a todos os servidores ocupantes de cargos de confiança. Todo o processo é desenvolvido em parceria com a Universidade

Federal de Minas Gerais. Atualmente, os cargos de superintendentes de Planejamento, Gestão e Finanças, gerentes regionais de Saúde e diretores de Atendimento Sócio-Educativo já são obrigatoriamente providos por pessoas certificadas.

Servidores motivados

Para alcançar os objetivos propostos, é fundamental que todos os servidores se sintam incentivados a assumir o compromisso de alavancar a eficiência na prestação de serviço do estado. Para motivá-los, o Governo de Minas vem implementando novas práticas que contribuem para aumentar a qualidade e eficiência no serviço público.

O Prêmio Excelência em Gestão Pública, promovido em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), se tornou uma das grandes oportunidades para que os servidores divulguem suas experiências e idéias inovadoras, que podem ser implantadas até mesmo em outros ambientes de trabalho que não o do idealizador. Essa premiação objetiva maior valorização dos servidores estaduais, além de incentivar a produção de novos conhecimentos em gestão e em políticas públicas.

Avaliação de Desempenho Individual

Um dos principais instrumentos de avaliação dos resultados mensuráveis durante o ano, a Avaliação de Desempenho, tem possibilitado uma gestão baseada no mérito e na eficiência. A iniciativa tem a proposta de valorizar e reconhecer o desempenho individual, identificando ações que busquem, principalmente, o desenvolvimento profissional dos servidores públicos.



Governador premia servidores do Prêmio Excelência em Gestão Pública

O processo de avaliação permite que o servidor seja analisado com objetividade e imparcialidade pela sua chefia imediata ou comissão especialmente formada. Para isso, foram implantadas metodologias diferenciadas para aqueles que estão no período de estágio probatório e para os servidores estáveis, ambas estabelecidas a partir da natureza do cargo ocupado.

A Avaliação de Desempenho Individual é atualmente um requisito básico para a progressão e a promoção na carreira e o resultado aferido pela avaliação poderá ser utilizado para a concessão de benefícios pecuniários como o prêmio por produtividade e o adicional de desempenho. Isso só foi possível com a

adoção dos novos Planos de Carreira, que apresentam níveis de escolaridade diferentes, implementando melhoria salarial para todos os servidores do estado.

A reestruturação das carreiras do Poder Executivo Estadual possibilitou a 893 classes serem transformadas em 129 carreiras. Com isso, o Governo de Minas procurou corrigir algumas das distorções remuneratórias existentes no âmbito do Poder Executivo, estabelecendo valores de remuneração mais compatíveis com a realidade do mercado e com a média salarial nacional.

Acordo de resultados

Com o planejamento de ações, qualificação de pessoal e acompanhamento de desempenho, o Governo de Minas avança adotando esse novo modelo de gestão na administração pública.

Iniciativas como a do Acordo de Resultados fazem do estado de Minas o pioneiro no pagamento do prêmio por produtividade, contemplando os servidores e instituições que alcancem as metas pactuadas. O Acordo de Resultados é o contrato firmado entre o Governo de Minas e seus órgãos e entidades para definir os resultados a serem buscados em cada instituição. O objetivo é estabelecer metas a serem alcançadas garantindo, mensalmente, que elas sejam cumpridas. Desde 2003, a iniciativa já é realidade em Minas com resultados significativos em todas as áreas de abrangência.

O projeto se divide em duas etapas: a primeira estabelecida entre o governador e os secretários e dirigentes de órgãos; a segunda entre os secretários e as equipes de suas respectivas instituições, cada um com seu papel definido para alcançar as metas estabelecidas. A partir daí, as equipes de cada órgão ficam responsáveis por alcançar um alto nível de qualidade nos serviços públicos, definindo as prioridades representadas na forma de indicadores.

Entre as metas pactuadas e já alcançadas no Governo de Minas estão a diminuição do índice de homicídios no estado, redução da pobreza na região metropolitana de Belo Horizonte e ampliação do número de presídios. Na área de saúde, foi estabelecida a redução da mortalidade infantil de 16,1 para 15,5 e atingiu-se um resultado de 15,3 por 1 mil nascimentos. Na educação, o percentual de professores do ensino fundamental com formação superior saltou de 51% para 76%, diante de uma meta pactuada de 53%. Já na área de transportes, pactuou-se o aumento do número de municípios ligados por estradas asfaltadas de 682 para 704, atingindo um resultado de 709 municípios.

Prêmio por produtividade

Os servidores que atingem as metas de desempenho definidas para cada área de atuação pactuadas no Acordo de Resultados recebem o pagamento do Prêmio por Produtividade. Este ano foi repassado o bônus de aproximadamente R\$ 300 milhões pagos para 299 mil funcionários públicos. Para o setor de segurança foram R\$ 109,88 milhões, beneficiando mais de 56 mil servidores. O cálculo para pagamento do prêmio é feito com base na meta geral obtida por cada área de governo.

Em 2008, tendo como base o ano de 2007, todas as secretarias e órgãos do Governo de Minas superaram os 60% do cumprimento das metas exigidos para pagamento do prêmio. As principais áreas – saúde, educação, segurança, meio ambiente, desenvolvimento social e transportes – superaram 70% no alcance dos resultados.

Para a secretária Renata Vilhena, o valor do prêmio é individualizado porque ele leva em consideração a remuneração de cada servidor, os dias de efetivo exercício e o percentual que foi atingido no Acordo de Resultados. “Os bons resultados obtidos a partir das mudanças na estrutura da administração comprovam que a eficiência não é um privilégio apenas da iniciativa privada, mas deve ser uma realidade também no setor público”, completa.



O governador Aécio Neves durante evento de assinatura do decreto que instituiu o Prêmio por Produtividade em Minas Gerais



PARÁ

Programa Pará - Terra de Direitos

visa a atingir 100% dos municípios do estado

Secretaria de Estado de Comunicação - Secom/PA

Carantir saúde, emprego, segurança, lazer e cidadania aos que mais precisam. Esse é o objetivo do Pará, Terra de Direitos, um conjunto integrado de políticas sociais que o governo do estado dedica à melhoria da qualidade de vida do povo do Pará. São mais de 450 ações e cerca de 2 mil atividades em 39 municípios onde vivem 65% da população paraense.

Antes de lançar esse leque de ações, o governo realizou um amplo levantamento de prioridades em todos os municípios do estado, levando em consideração índices como os de violência, saúde, educação básica e desenvolvimento humano (IDH). A expectativa do governo, após essa primeira etapa, é cobrir 100% dos municípios do estado. A principal vantagem do Pará, Terra de Direitos é a possibilidade de articulação de diversos órgãos estaduais com menor custo e maior abrangência de beneficiados.



Arquivo/Agência Pará

Diferentemente das experiências do passado, que tratavam o Pará de forma homogênea e negavam as diversidades sociais e econômicas, o novo modelo defende uma alternativa de desenvolvimento sustentável, pautada no ordenamento territorial, na produção local e contínua do conhecimento, no uso qualificado dos recursos naturais, no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, no fortalecimento do capital humano e na participação popular.

Gestão com respeito e valorização dos servidores públicos

O quadro de gestão estadual era desolador há um ano e meio: servidores sem reajuste salarial há 12 anos, milhares de trabalhadores temporários sem perspectivas de concursos públicos, instituto de previdência quase falido e um plano de assistência à saúde desacreditado pelos servidores estaduais.

Em 18 meses de trabalho, o Governo Popular negociou com o Ministério Público do Trabalho novas condições para os distratos dos servidores temporários, estabeleceu um novo cronograma de **concursos públicos** substituindo gradualmente os servidores temporários, melhorando a qualidade dos serviços públicos e ofertando aos servidores melhores condições de trabalho.

O governo cumpre a lei. Agora, o acesso ao serviço público ocorre por meio de concurso. Em 2007, o estado tinha 22.388 servidores temporários, nas administrações direta e indireta. Por determinação do

Ministério Público do Trabalho, o governo fez a substituição dos temporários por servidores concursados, e isso sem prejuízo do atendimento à população. Em junho de 2008, o número de servidores temporários somava 15.321 e o número de contratações chegou a 14.781.

Nesse um ano e meio de governo, sob a coordena-

ção da Secretaria de Estado de Administração, já foram realizados 17 concursos públicos, abrindo um total de 21.581 novas vagas. É o governo que mais oferta vagas no serviço público em todo o país. Nesse período, foram nomeados 14.781 novos servidores, e outros concursos estão em andamento.

Nas negociações salariais, os servidores passaram a ser tratados com respeito pelo Governo Popular. Desde 2007, o Governo Popular vem reajustando o salário do servidor público acima da inflação. No ano passado, o reajuste foi de 9,80 %, para todos os níveis. Nesse período, a inflação média chegou a 5%. O aumento do salário mínimo foi de 8,57%. Esse reajuste salarial foi considerado o maior concedido por um governo estadual em todo o Brasil.

Em 2008, os servidores de nível superior tiveram reajuste de 6,5%. Os de nível médio, 10,04%, e os de nível operacional tiveram aumento de 9,21%. O reajuste do salário mínimo em 2008 foi de 9,21 e a média da inflação chegou a 5,0%. O governo foi além do aumento de salário: estabeleceu uma mesa permanente de negociação com a categoria e ofereceu outras vantagens aos servidores, como auxílio-alimentação no valor de R\$ 100,00 para nível superior e de R\$ 80,00 para nível médio.



Arquivo/Agência Pará

Ampla participação dos sindicatos na mesa de negociação salarial



Arquivo/Agência Pará

Governadora inaugura segundo Centro de Integração Regional do Pará



Arquivo/Agência Pará

Governo e Intersindical fecham acordo

Gestão Descentralizada

Seis secretarias estaduais e órgãos de governo ganharam um posto avançado para atender às regiões do Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu. Foi inaugurado na primeira quinzena de setembro o Centro de Integração Regional de Santarém, segundo já criado pelo Governo do Pará, dentro da estratégia de descentralização da gestão estadual para facilitar o planejamento e a execução de políticas públicas nas diferentes microrregiões do estado.

Precedido pelo CIR de Marabá, o novo Centro terá estruturas das Secretarias de Integração Regional (Seir), Administração (Sead), Projetos Estratégicos (Sepe) - com o programa Pará Rural - e Meio Ambiente (Sema), além do Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ideflor) e Banpará, com o Programa Estadual de Microcrédito Solidário (CredPará), atendendo diretamente a 28 municípios e cobrindo uma população de 1 milhão e 150 mil pessoas.

“Estamos cumprindo o compromisso de campanha de promover a descentralização para fazer com que as políticas públicas e o Governo do Pará cheguem para cada vez mais paraenses e com mais agilidade”, declarou a governadora Ana Júlia Carepa, lembrando que o CIR-Santarém não só reúne órgãos de estado importantes para o desenvolvimento regional, como terá prestação de serviços à população, a exemplo do programa “Tá na Mão”, que emitirá carteiras de identidade.

“Desde o primeiro centro, cobrei que este fosse um espaço também de serviços à população”, disse.



20
ANOS



A Link Data é líder do segmento de Gestão para Administração Pública. São 20 anos de investimento pesado em tecnologia de ponta. Nossa produto exclusivo, o ASI, é um composto de sistemas desenvolvidos com tecnologia 100% WEB pautados por serviços especializados para dar suporte completo ao cliente.

Os módulos de compras, contratos, almoxarifado, patrimônio mobiliário e imobiliário do software ASI fazem a gestão completa e integrada em tempo real. Mais de 350 instituições públicas usufruem dessas vantagens. Conheça também os benefícios que o ASI oferece.



Brasília | Matriz
SCRN /14/15, bl. "B", n° 48, Ed. Link
Brasília - DF • CEP: 70.761-620
Telefone: (61) 2101-8800 • Fax: (61) 3274-7797

Salvador | Filial
Av. Antônio Carlos Magalhães, n°811, sala
1303, Ed. Joventino Silva, Pituba - Salvador - BA
CEP: 41.820-000 • Telefone/Fax: (71) 2102-7551

Fortaleza | Filial
Av. Santos Dumont, n° 3131, sala 1202,
Aldeota - Fortaleza - CE • CEP: 60.150-162
Telefone/fax: (85) 3458-0305

Implementando a Carta de Brasília

Marcelo Viana

Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A reflexão pós-Consenso de Washington aponta necessariamente para uma redefinição do papel do Estado brasileiro. O país alcançou um patamar de desenvolvimento econômico que o projeta entre as maiores economias do mundo e amplia suas responsabilidades no cenário mundial e regional. O Estado tem de garantir um ambiente regulatório e de gestão de política econômica que estimule o investimento, supra prováveis falhas de mercado e assegure a provisão de bens públicos, direta ou indiretamente, em especial no que concerne à infra-estrutura produtiva e social necessária para a integração nacional e regional. Deve ainda assumir suas responsabilidades na implementação de políticas de distribuição de renda que revertam o quadro de profundas desigualdades sociais, instituindo redes de proteção e fomentando a inclusão sócio-econômica dos setores mais pobres da população. Para isso é necessário recusar tanto a postura passiva de corte neoliberal como o retorno puro e simples ao modelo autárquico e tecnocrático do passado autoritário. Essa agenda pró-ativa implica construir em ambiente democrático um novo modelo de governança pública, baseado na concertação política e na introdução de novos modelos de gestão, alinhados com as melhores práticas internacionais no campo da administração pública.

À luz desse contexto, a “Carta de Brasília da Gestão

Pública” foi assinada pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no dia 28 de maio de 2008 e estabelece uma agenda estratégica conjunta para mobilizar a sociedade em torno da melhoria da gestão pública.

As diretrizes dispostas na Carta, que em maior ou menor grau já estão sendo implementadas por governos estaduais e pelo governo federal, envolvem oito frentes de atuação: simplificação dos processos de trabalho, com redução do excesso de regras e controles; melhor articulação entre planejamento e orçamento, com gestão orçamentária menos rígida e voltada para resultados; melhor coordenação de ações intra e entre governos; revisão do marco legal (incluindo alteração da Lei de Licitações e revisão das formas jurídico-institucionais vigentes); prevenção e combate à corrupção, com ênfase em mecanismos de transparência e controle social; profissionalização e capacitação contínua da força de trabalho; uso intensivo de tecnologia como ferramenta de apoio à gestão; e realização de estudos e pesquisas como subsídios para políticas de modernização do Estado.

O Ministério do Planejamento e o Consad estão agora definindo uma agenda de trabalho, com alguns objetivos de curto prazo.

No campo político, merece destaque o trabalho de

mobilização parlamentar em torno do tema gestão pública, em especial no sentido de que seja aprovado o projeto de lei de iniciativa do governo federal de aperfeiçoamento da Lei de Licitações, ora em tramitação no Senado Federal.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento do marco regulatório da administração pública, o desafio é o de aprovar propostas que permitam:

a) a regulamentação dos dispositivos constitucionais referentes à contratualização de desempenho na administração pública como instrumento de coordenação e de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira de órgãos e entidades (§ 8º do artigo 37 da Constituição); a autorização para aplicação de recursos decorrentes da economia com despesas correntes em programas de fortalecimento institucional e na concessão de prêmios a servidores públicos (§ 7º do artigo 39 da Constituição); e a definição das áreas de atuação das fundações instituídas pelo Poder Público sob o regime jurídico de direito privado (inciso XIX do artigo 37 da Constituição);

b) a profissionalização da burocracia pública, por meio do desenho e implementação de carreiras, de políticas de seleção e de desenvolvimento profissional, e provimento de funções e cargos em comissão de direção e assessoramento com base em critérios de competência técnica.

No campo operativo, o compromisso de curto prazo é o de desenvolver uma nova sistemática de transferência voluntária de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, com a implantação do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias – Siconv (Portal de Convênios), que facilitará o acesso de inúmeros potenciais convenientes e contratados aos vários programas de governo, bem como o envio de demandas não contempladas por esses programas. O Siconv funcionará como um banco dos principais programas do governo federal passíveis de execução descentralizada e simplificará a relação entre os entes da Federação.

Além disso, há a demanda de reformulação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage). Devido aos problemas identificados na execução do programa, o Ministério do Planejamento realizou um trabalho conjunto com os estados participantes que resultou na revisão dos projetos estaduais e em sugestões de alteração do contrato de empréstimo nº 1718-OC/BR junto ao BID. As alterações destinadas a simplificar e a desburocratizar o referido programa devem ser formalizadas até o fim do ano.

Para concluir, deve ser mencionado o novo impulso que se pretende conferir ao Programa Nacional de Gestão Pública – Gespública, mediante reformulação de alguns de seus aspectos, com o monitoramento e mensuração de seus resultados, mobilização da Rede Nacional de Gestão Pública e reestruturação de seus núcleos estaduais, buscando estabelecer maior sinergia de suas ações com os governos estaduais e municipais e com as entidades parceiras.



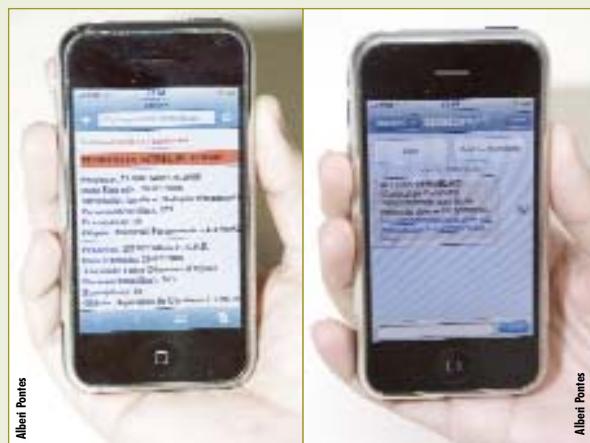
Tecnologia da Informação

Secretaria de Administração da Paraíba investe em soluções que melhoram a gestão dos processos da Central de Compras

Eliane Cristina Gomes de Medeiros - Ascom/Sead

A Secretaria de Estado de Administração da Paraíba tem investido em tecnologia e desenvolvido soluções que melhorem o fluxo de informação e a tomada de decisão interna e externa. Há um mês, a secretaria implantou uma ferramenta que permite o monitoramento de processos da Central de Compras do Estado, de forma ágil e segura, utilizando a tecnologia SMS dos aparelhos celulares. Com a solução, os gestores de compras recebem informações dos procedimentos que ultrapassem prazo-limite preestabelecido.

O sistema, batizado de Alerta Vermelho Central de Compras, informa aos gestores do sistema de compras, diretamente ligados às etapas do processo, que o tempo-limite para despacho foi ultrapassado. Os prazos dos processos estão dispostos em uma tabela de temporalidade previamente discutida e elaborada com os gestores responsáveis pela tomada de decisão no sistema de compras. No aviso encaminhado para o celular também segue um link que permite ao gestor acessar informações detalhadas do processo em formato html.



Mensagens de alerta da Central de Compras recebidas no celular



Alberto Pontes

Gustavo Nogueira,
secretário de Administração

O Sistema Alerta Vermelho é similar ao TCE DOCS, também desenvolvido pela Secretaria da Administração e utilizado pelo setor jurídico do órgão. Nesse caso, as informações enviadas dizem respeito aos ofícios recebidos e emitidos ao Tribunal de Contas do Estado, que possuem prazos máximos para resposta. A ferramenta serviu de referência ao sistema de alerta desenvolvido para a Central de Compras, já que monitora esses prazos, permitindo ao órgão responder dentro do tempo previsto, evitando problemas.

Para o secretário de Administração, Gustavo Nogueira, a grande contribuição dos sistemas desenvolvidos pela equipe de TI é a agilidade. “A ferramenta possibilita o conhecimento do andamento dos processos permitindo os ajustes necessários. Dessa forma conferimos celeridade aos processos de compras do estado”, afirmou.

Todo o projeto foi criado pela equipe da Gerência Executiva de Modernização da Gestão da Secretaria de Administração da Paraíba, sob a coordenação do analista de sistema Hélio Camilo dos Santos. As mensagens do sistema de alerta são encaminhadas para os gestores que operam o sistema de compras em cada secretaria, secretários e para o secretário de Administração.

Desde sua implantação, em 2006, a Central de Compras gerou economia de mais de R\$ 186 milhões ao estado. Já passaram pela central cerca de 17 mil processos, movimentando 97 mil itens. Eles geraram 253 atas de registro de preço, com 629 adesões. O sistema tem catalogado mais de 50 mil itens. Todos os órgãos do governo do estado (Administração Direta e Indireta) estão ligados ao sistema e operam exclusivamente em ambiente digital.

A Central de Compras foi uma decisão governamental que exigiu investimentos em inovação tecnológica ancorada na metodologia Business Process Modeling (BPM) e no Sistema Gestor de Compras (SGC), operando em ambiente web, com gestão e transmissão dos procedimentos licitatórios online, integrando órgãos do Poder Executivo, com veiculação de imagem e som em tempo real, até mesmo para a sociedade. As imagens são geradas da sala onde ocorrem os pregões e podem ser acompanhadas pelo endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br.

Mantendo a total transparência da Central de Compras, o governo do estado, por intermédio da Secretaria da Administração, está em entendimento com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), dando acesso direto aos auditores das contas públicas aos ritos licitatórios, desde as etapas iniciais dos processos e não apenas ao término, como ocorre hoje com o envio dos processos físicos. Além do TCE, todos os auditores da Controladoria-Geral do Estado já têm acesso ao sistema gestor e operam os processos de forma eletrônica, sem que seja necessário manipular fisicamente os documentos.

Segundo o secretário Gustavo Nogueira, a integração entre os órgãos que atuam no controle externo e interno dos gastos públicos com a Central de Compras é de fundamental importância e prima pelos princípios da legalidade e transparência. “Estamos abrindo o nosso sistema para esses órgãos e permitindo acesso amplo às licitações. Com isso, as auditorias serão mais ágeis”, afirmou.

A equipe técnica de desenvolvimento da Central de Compras está preparando uma interface específica para os órgãos auditores. “Nossos técnicos estão em contato com os auditores do TCE preparando uma interface que atenda às necessidades deles”, explicou Gustavo Nogueira.



Transparência absoluta

Todas as despesas do estado – inclusive com diárias pagas aos servidores em viagens –, a relação dos cargos em comissão, o andamento das obras, as licitações, relatórios sobre folha de pagamento e juros cobrados pelos bancos no empréstimo consignado estão entre as informações publicadas na internet pelo Governo do Paraná, e acessíveis a todos os cidadãos

Assessoria de Imprensa da Seap

O mais recente levantamento da organização não-governamental Contas Abertas indicou o estado do Paraná como um dos bons exemplos de transparência na divulgação do uso do dinheiro público. Reconhecimentos como esse vêm sendo constantes nos últimos anos e são resultado de uma orientação clara e firme da atual gestão à frente do governo do estado: a da transparência absoluta com os atos da administração pública.

A menção do Contas Abertas refere-se ao Portal Gestão do Dinheiro Público (www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br) colocado no ar em 2005 pela Companhia de Informática do Paraná (Celepar) e pela Secretaria de Estado da Fazenda. No portal, são publicadas todas as despesas realizadas pelo Poder Executivo. Também estão disponíveis informações sobre precatórios, repasses aos municípios e balanços gerais do estado.

Além da referência ao Contas Abertas,

o Gestão do Dinheiro já foi contemplado, logo no primeiro ano de existência, pelo Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (E-Gov/2005), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep). Ainda em 2005, o portal também venceu o Prêmio Tecnologia da Informação & Governo, da Plano Editorial, na categoria “e-democracia”.

Viagens

Mas as ações do Governo do Paraná na busca pela transparência total da gestão pública vão mais além. Numa medida, se não inédita, todavia pouco comum entre as administrações públicas, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap) e a Celepar colocaram na internet, em junho deste ano, todas as despesas e os roteiros de viagens realizadas pelos funcionários dos órgãos do Poder Executivo. Está lá quanto o governador, o vice e secretários de estado e quanto os profis-

sionais e técnicos dos quadros de servidores efetivos recebem de diárias em cada viagem de trabalho realizada. Além dos valores, há os destinos e como foi feita a viagem (se de avião ou por meio rodoviário). O acesso a esses dados se dá pela página da Seap (www.seap.pr.gov.br).

Também em iniciativa da qual não se tem notícia se há semelhante, o Governo do Paraná – por meio da Seap e da Celepar – publica na internet a relação de todos os funcionários que têm cargos em comissão, na administração direta, e os que têm cargo de diretoria, gerência, assessoria e chefia, nos órgãos da administração indireta. Estão lá, para ser consultados por toda a população, o nome, o cargo de confiança que a pessoa ocupa e em qual órgão.

A tabela de vencimentos, não só dos cargos comissionados como de todas as carreiras do Poder Executivo, é outra informação publicada na internet. O

cidadão pode conferir, então, quanto ganha um assessor do governo, um professor, um agente penitenciário, um diretor. O internauta pode fazer a pesquisa pelo nome do funcionário ou pelo órgão público.

Dados de RH

Ainda no que se refere a despesas e contratação de pessoal, uma outra fonte publicada desde julho na internet é o “RH Informação”, boletim produzido mensalmente por um núcleo do Departamento de Recursos Humanos da Seap. O material traz valores de folha de pagamento do Executivo (total e por órgão), benefícios e vantagens salariais pagas, quantidade de servidores em cada quadro, quantidade de funcionários afastados por licença médica, entre outros dados. O RH Informação está no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.pr.gov.br) – outro canal que torna, ao funcionalismo, transparentes os atos, medidas, decisões e ações tomadas na área de gestão de pessoas.

Controle social

“A opção pela transparência absoluta é decorrente de uma visão da gestão pública aberta ao controle social”, assinala a secretaria da Administração e da Previdência, Maria Marta Renner Weber Lunardon. “A transparência total fornece ferramentas também para o conjunto de servidores, de técnicos, de profissionais, enfim, de gestores do poder público, para a análise dos dados e para a definição, interdisciplinar, de posições, de ações, de prioridades”, explica.

O secretário de Assuntos Estratégicos, Nizan Pereira, que também preside a Celepar, segue a mesma linha de avaliação. Ao expor todos os atos, sublinha ele, o governo abre a gestão pública para o acompanhamento e o controle da população. “Estamos colocando a tecnologia da informação a serviço do povo, para que o cidadão possa fiscalizar as ações do governo.”

E a participação da população é, de fato, maciça, atesta o secretário especial de Corregedoria e Ouvi-



Maria Marta Renner Weber
Lunardon, secretária da
Administração e da
Previdência



Nizan Pereira, secretário
de Assuntos Estratégicos
e presidente da Celepar

Luiz Carlos Delazari,
secretário especial
de Corregedoria e
Ouvidoria-Geral



Secretaria de Comunicação Social

doria-Geral, Luiz Carlos Delazari. Se somados os procedimentos instaurados e os casos que são solucionados no momento em que as pessoas procuraram o setor de atendimento da Ouvidoria, já são neste ano (janeiro a agosto) quase 8 mil contatos, informa Delazari.

“A participação da população permite que se identifiquem os pontos fortes do governo e as áreas que podem ser melhoradas, para que o Estado ofereça serviços cada vez melhores para os cidadãos”, afirma o ouvidor.

Governador propõe a “PEC da Transparência”

O governador Roberto Requião enviou à Assembléia Legislativa, no final de abril, uma proposta de emenda à Constituição Estadual (PEC) que torna obrigatória a publicação na internet de todas as despesas dos três poderes, mais Tribunal de Contas e Ministério Público.

“A população do Paraná paga os nossos salários e tem direito a tomar conhecimento de tudo que ocorre com o seu dinheiro. Abertura total, transparência total. Essa é a marca do Governo do Paraná”, declarou o governador, ao fazer o anúncio da “PEC da Transparência”. A proposta tramita na Assembléia Legislativa.

Reuniões da equipe de governo são transmitidas ao vivo

Semanalmente, às terças-feiras pela manhã, o Governo do Paraná realiza a “Escola de Governo”, uma reunião do governador Roberto Requião e secretários de estado, diretores, gerentes, assessores e presidentes de companhias públicas aberta a representantes dos demais poderes, de prefeituras municipais e de instituições da sociedade civil organizada.

Transmitido ao vivo pela Paraná Educativa e pela internet (www.pr.gov.br), o encontro é o fórum no qual as ações, os projetos e os desafios de governo são apresentados, debatidos e questionados. Freqüentemente, a reunião conta com palestras de representantes de fora do governo – pesquisadores, especialistas, por exemplo – sobre temas de interesse local e nacional.



Roberto Requião, governador do Estado do Paraná

Outras ações em busca da divulgação ampla

Juros na internet

Os juros cobrados pelas instituições que oferecem empréstimo consignado ao funcionalismo estão disponíveis no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.pr.gov.br). Decreto estadual estabelece tetos de juros (conforme o número de prestações) e os servidores, com essa tabela na internet, podem acompanhar o cumprimento da legislação. A exposição das taxas beneficia também funcionários municipais, de outras esferas de poder e de outras unidades da federação, que podem fazer comparações.

Foco na obra

Pelo portal da Secretaria de Estado de Obras Públicas (www.seop.pr.gov.br), o cidadão pode acompanhar o andamento das obras tocadas pelo Governo do Paraná. Início, prazo de execução, relatório do estágio em que se encontram os serviços e fotos do local estão veiculados na internet e são constantemente atualizados.

Compras públicas

Todas as licitações do Poder Executivo (inclusive das estatais) são publicadas no Portal Compras Paraná (www.pr.gov.br/compraspr). Por meio desse canal, o cidadão verifica o que – e por quanto – o estado está comprando ou

contratando. O portal está sendo reformulado e em breve a nova versão vai entrar no ar.

Agência Estadual de Notícias

A Agência Estadual de Notícias é mais que uma página de divulgação de “releases”. Tornou-se, além de canal de comunicação com a imprensa, um veículo de comunicação interna (servidores) e com a sociedade. Além das notícias diárias, atualizadas ao longo do dia (inclusive finais de semana), o portal da agência expõe à população a posição clara do governo diante de questões como transgênicos, combate às privatizações predatórias, apoio aos movimentos sociais, integração sul-americana, defesa da soberania nacional, entre outras. A seção “fale conosco” abre espaço à participação do cidadão.

Ouvidoria e Corregedoria-Geral

Pessoalmente, por telefone ou pela internet, o cidadão pode pedir informações, reclamar, sugerir, elogiar as ações do governo e os serviços prestados pelo estado, diretamente com a Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria-Geral (www.ouvidoria.pr.gov.br). Vale lembrar que quando foi prefeito de Curitiba (1986-1988) Roberto Requião criou, de forma pioneira no país, uma ouvidoria municipal.



Ouvidoria de Atendimento ao Cidadão

Acesso ao Portal da Ouvidoria



Pernambuco realiza auditoria na folha de pagamento

Gerência de Comunicação/SAD

A Secretaria de Administração de Pernambuco (SAD) assinou em outubro contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a prestação de serviço técnico especializado de análise de conformidade na folha de pagamento do estado. Após atualizar os dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, por meio de recadastramento, a secretaria agora vai fazer um levantamento detalhado dos salários, benefícios e gratificações pagos aos funcionários públicos.

A folha de pagamento é a maior despesa do estado, sendo a do mês de outubro no valor de cerca de R\$ 380 milhões para 196 mil contracheques. “Já estávamos realizando uma verificação interna, com a própria equipe da secretaria, mas agora estamos contratando um serviço especializado que nos dará um maior controle sobre as despesas de pessoal”, explica o secretário de Administração, Paulo Câmara. Segundo o secretário, será possível obter informações gerenciais mais precisas com a agilidade necessária à eficiência da gestão.

Os serviços a serem executados pela Fundação Getúlio Vargas serão divididos em cinco fases, sendo elas: diagnóstico das rotinas de elaboração da folha de pagamento; diagnóstico dos sistemas de processamento de dados; levantamento e sistematização da legislação de pessoal; verificação dos códigos de pagamentos; análise das conformidades e treinamento de pessoal e implantação de rotinas de auditoria.

Na fase de treinamento está prevista a transferência da metodologia aplicada em cada etapa do trabalho para um grupo de, pelo menos, 20 servidores que atuam na elaboração da folha de pagamento do estado. “Com isso, garantimos que o serviço terá continuidade. Não adianta a FGV arrumar a casa e depois não termos um quadro efetivo capacitado para continuar o trabalho”, explica Paulo Câmara. O treinamento terá uma carga horária míni-



Assinatura de contrato entre a SAD e a FGV

José Renato Soares/FGV

ma de 40 horas/aula, incluindo material didático e a descrição detalhada de todas as rotinas adotadas. Caberá também à contratada normatizar o trabalho e elaborar um manual que será repassado à Secretaria de Administração.

O contrato ainda prevê que, para cada fase prevista na execução dos serviços, deverão ser entregues ao governo do estado relatórios mensais sobre a evolução dos trabalhos e documentação digitalizada de forma a permitir à SAD publicar seu conteúdo na internet.

Como parte do acordo, a FGV é obrigada a manter sigilo sobre a realização do trabalho, sendo proibida a divulgação dos resultados encontrados ou de qualquer dado relacionado à folha de pagamento e aos servidores.

O secretário Paulo Câmara ressalta que o trabalho vai fazer com que o governo possa atuar com tranquilidade na hora de tomar decisões relativas à folha de pagamento e avaliar com mais rapidez as consequências do ponto de vista financeiro. A auditoria poderá apontar possíveis erros e apresentar alternativas para corrigi-los, como também mecanismos para impedir que eles se repitam no futuro.

Programa Permanente de Atualização Cadastral

Paralelamente à análise na folha de pagamento, o estado de Pernambuco também está implantando o Programa Permanente de Atualização Cadastral, instituído em outubro de 2007 por decreto. O programa está permitindo à Secretaria de Administração elaborar um diagnóstico mais satisfatório de seu quadro funcional.

Para iniciar o projeto, a SAD realizou o recadastramento de todos os servidores ativos, aposentados e também dos pensionistas. O censo durou cinco meses, de abril a agosto deste ano, e, por meio dele, o governo pretende identificar possíveis pagamentos indevidos, aperfeiçoar a compensação financeira junto ao INSS e também atualizar a base cadastral para o estudo atuarial da Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco (Funape).

Com os dados colhidos, o Governo de Pernambuco vai montar um cadastro único, democratizar as informações sobre os recursos humanos do estado, elaborar um boletim estatístico disponibilizado no site do governo e realocar servidores de acordo com suas qualificações e aptidões. O trabalho também vai possibilitar ao governo apontar as necessidades de treinamentos e capacitações e traçar um perfil socioeconômico dos servidores para desenvolver políticas estratégicas voltadas para beneficiá-los.

Qualificação sem barreiras

A modalidade de ensino a distância, implantada no estado, beneficia servidores de todos os municípios que se capacitam sem precisar sair da cidade onde moram

Geneide Santos - Ascom/Sead

Alocalização geográfica não é mais empecilho para o servidor público estadual do Piauí se qualificar. Implantado este ano pela Secretaria da Administração, por intermédio da Escola de Governo, o Núcleo de Educação a Distância (Nead) objetiva atingir servidores de todos os municípios a um custo baixo. E para isso só é preciso ter acesso a um computador e à internet. O projeto piloto vem dando certo e a prova é que, para os três primeiros cursos oferecidos, 579 pessoas se inscreveram para a modalidade de ensino, que tem como principal vantagem o aluno poder planejar o local e o tempo para realizar as atividades.

A criação do núcleo surgiu devido à necessidade de aumentar o número de servidores qualificados pela Escola de Governo nos mais diversos municípios do Piauí. Nas viagens pelo estado, a equipe da escola fez uma análise da situação e pensou em estratégia de capacitação com qualidade para quem estava longe da capital Teresina ou de outras cidades mais desenvolvidas. E ao conhecer experiências em educação a distância, a equipe resolveu implantar a modalidade de ensino no estado atendendo, de início, à demanda existente. Em parceria com a Empresa de Gestão de Recursos do Estado foi montada a estrutura física. A equipe multidisciplinar foi a responsável pela escolha do sistema usado, o *software* livre Moodle, já utilizado nesse tipo de modalidade de ensino. Uma consultoria foi contratada para customizar e personalizar o ambiente virtual. Toda a proposta de criação e implantação foi elaborada por técnicos piauienses, uma forma de valorizar o trabalho deles.

Os cursos de Informática Básica, Atendimento ao PÚblico e Redação Oficial foram os primeiros oferecidos, com 80 horas, cada. Em novembro começam as aulas de Informática e Redação Oficial, cada um com



Sede do Núcleo de Educação a Distância

100 alunos, divididos em duas turmas e dois tutores por turma. Foram contratados 12 tutores que, juntamente com uma pedagoga, uma psicóloga, um técnico em informática que, sob a coordenação da gerente do núcleo e da superintendente da escola, vão realizar o trabalho de levar conhecimento para milhares de servidores estaduais do Piauí. Para 2009 já estão propostos cursos com 120 horas, entre eles Gestão Ambiental e Educação em Direitos Humanos, e os atuais continuarão sendo ofertados.

Em função da experiência com essa modalidade de ensino, a ex-coordenadora do Programa de Formação de Professores Leigos (Proformação) e servidora efetiva Ana Célia Furtado Orsano de Sousa foi a escolhida para gerenciar o projeto piloto no estado. Ela conta que os critérios estabelecidos para a seleção foram ser servidor efetivo e o nível de escolaridade. Foram inscritos servidores de todos os municípios e com diferentes níveis de escolaridade. Todo o processo de inscrição, seleção e matrícula foi feito no ambiente virtual, que teve o suporte da Agência de Tecnologia do Piauí (ATI).



**Janaína Mapurunga e Ana Célia Orsano
observando o ambiente virtual**

O ambiente virtual de aprendizagem é todo autinstrucional, em que o aluno não terá problemas para acompanhar as aulas. Ana Célia cita que basta a pessoa ter um conhecimento mínimo de informática e saber acessar a internet para ter acesso aos cursos oferecidos pelo Nead. Além disso, os alunos terão à disposição o conteúdo para ver e rever mediante variados recursos, como vídeos e imagens. Mas a principal vantagem é que o aluno pode planejar o tempo e o local para fazer as atividades do curso. Segundo a gerente, nesse tipo de modalidade há respeito aos diferentes estilos de aprendizagem, ou seja, é levada em consideração a individualidade no processo de formação do aluno.

Todos os cursos que o núcleo disponibilizará serão relacionados com a prática no serviço público segundo a superintendente da Escola de Governo, Janaína Mapurunga Bezerra de Miranda. Ela afirma que a implantação do núcleo é uma proposta inovadora porque direciona os servidores para um setor específico; de acordo com o trabalho deles, é montado o conteúdo para o curso em que irão participar. Além disso, a modalidade tem impacto positivo, como a redução de gastos, mas isso não afetará a qualidade do ensino oferecido. Os alunos são acompanhados por tutores capacitados para orientá-los diariamente. “A gente tem a preocupação de chegar com os cursos, mas temos também outra preocupação, que é manter a qualidade dos cursos.”

Para os alunos, a novidade é mais uma ferramenta na busca do conhecimento, principalmente de quem está distante da capital. Artemizia Santana da Silva é professora na cidade de Bom Jesus, a 635 km de Teresina. E ficaria difícil para ela ficar longe do município por muitos dias participando de cursos. “É longe e caro”, comenta. É uma das alunas do curso de Informática Básica e diz que a experiência é ótima, pois a vantagem é que ela mesma determina o horário de tudo. “Eu tenho que tirar proveito de mim mesma.”

Myrian da Salete Almeida Rocha, servidora da Secretaria de Planejamento em Teresina, já fez dois cursos por essa modalidade de ensino e diz que gostou

das experiências; considerou excelentes os tutores, conteúdos e a seriedade. Em relação aos oferecidos pela Escola de Governo, ela diz que será mais uma experiência bem-sucedida em todos os aspectos e por isso se inscreveu por ser um ensino que oferece praticidade, comodidade e seriedade.

A secretária da Administração do Estado do Piauí, Maria Regina Sousa, conta que o ensino a distância é uma forma de atingir mais servidores ao mesmo tempo, algo que é difícil fazer com os cursos presenciais, pois há dificuldade de deslocamento, embora sejam oferecidos cursos no interior pela Escola de Governo desde 2004. A secretária informa que outros estados estão se inspirando na experiência do Piauí, apresentada durante o LXXI Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração, realizado em Recife, no mês de setembro deste ano.

Regina Sousa lembra que uma das metas do governador Wellington Dias é fazer com que o ensino superior chegue a todos os municípios e para isso deseja utilizar a modalidade de ensino a distância por ter um custo reduzido e oferecer educação com qualidade. “O ensino a distância está tomando conta do Brasil.” A secretária cita o fato de que algumas empresas preferem contratar pessoas provenientes desses cursos, porque acham que elas se dedicaram mais ao estudo, pois quando uma pessoa se propõe a estudar na frente do computador é porque está com vontade de aprender. “Então, eles estão valorizando mais do que aquele aluno que vai para a universidade de forma presencial.”

**Página da Escola
de Governo que
disponibiliza os
cursos virtuais**



RIO DE JANEIRO

Estado colhe frutos do novo modelo de gestão de RH

Assessoria de Imprensa/Seplag

Capacitação de servidores, uso intensivo de tecnologia e auditoria contínua na despesa de pessoal. Esse é o tripé do novo modelo de gestão de recursos humanos já em fase de implantação pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) do Rio de Janeiro. Além de modernizar a máquina administrativa, os projetos têm o objetivo de criar uma folha de pagamento mais confiável e promover a gestão de pessoal de forma integrada e normatizada.

Entre as consequências diretas dessas iniciativas estão a melhoria na qualidade do gasto público e a possibilidade de se elaborar cenários gerenciais e simulações capazes de servir de apoio à tomada de decisão do governo, com base em informações atualizadas e seguras.

A auditoria da folha de pagamento, por exemplo - já iniciada em 2008 -, mostrou a necessidade de aprimoramento do cadastro de pessoal. Foram detectadas lacunas de informações essenciais para o correto pagamento de benefícios e gratificações do corpo funcional. Por isso, em 2009, a Seplag fará o cadastramento biométrico dos 464 mil servidores civis e militares, aposentados e pensionistas do Poder Executivo. Serão colhidas impressões digitais e fotografias de todos os servidores públicos.

“O Rio é o primeiro estado do Brasil a fazer a identificação biométrica dos servidores”, disse o secretário de Planejamento, Sérgio Ruy Barbosa.

A medida, pioneira, vai garantir autenticidade e segurança ao cadastro funcional e, ao



Sérgio Ruy Barbosa, secretário de Planejamento do Rio de Janeiro

fim do processo – previsto para 2010 –, todos os servidores terão um cartão inteligente reunindo seus dados. O cadastro biométrico não vai permitir duplicidade na identificação dos servidores e outras inconsistências.

A auditoria da folha também fará o teste de conformidade, que vai verificar se o pagamento dos servidores está sendo feito de acordo com a legislação. Na maioria dos estados que adota o modelo, o teste de conformidade é feito por amostragem. No caso do Rio, ele será realizado em 70% da folha de pagamento dos servidores ativos da administração direta e indireta.

Esse mesmo processo de auditoria está fazendo o cruzamento de dados para descobrir situações de acumulação indevida de cargos no serviço público estadual e também entre o estado e a União. Além disso, a Seplag tem feito, de forma permanente, o cruzamento de dados da folha com o cadastro de óbitos da Previdência Social. O mecanismo permite retirar da folha, com agilidade, servidores já falecidos que ainda recebiam pagamento de forma regular.

A Secretaria de Planejamento está investindo ainda na compra de um novo *software* de recursos humanos para gerar automaticamente a folha de pagamento. Atualmente, o sistema utilizado não tem o nível de integração adequado para correlacionar informações capazes de impactar nos vencimentos dos servidores, tais como concessão automática do pagamento de férias ou mudança de nível na carreira,

mações do futuro cadastro e aos testes de conformidade – vai permitir a implantação efetiva da base tecnológica do Programa de Modernização da Gestão de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro.

“Em quatro anos, vamos fazer o que não foi feito em 16 anos de governo. Temos auditoria contínua de pessoal, estamos blindando nosso cadastro funcional com tecnologia biométrica, um procedimento inédito e ousado em termos de gestão pública no Brasil. Além disso, estamos comprando um sistema integrado de RH que vai ter por base leis verificadas e cadastro autenticado”, explicou o secretário.

Os recursos para a compra do *software* são do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento (Pnage) e já estão em processo de liberação.

A capacitação dos servidores que vão atuar como gestores de Recursos Humanos do estado é outra iniciativa complementar ao novo modelo de gestão. Por intermédio da Fundação Escola de Serviço Público do Estado (Fesp), em 2009, a secretaria vai oferecer curso de capacitação para 550 servidores das áreas de RH de diversos órgãos.

Após o curso, os servidores vão passar por uma avaliação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os aprovados serão certificados e estarão aptos a atuar como gestores de RH do estado. A certificação pela FGV será pré-requisito para a seleção dos servidores que vão ocupar as gerências de Recursos Humanos dos órgãos do governo.

A área de RH terá, ainda, o apoio profissional de servidores da futura carreira de especialistas em políticas públicas e gestão governamental a ser criada em 2009.

Neste mês de novembro, os servidores que atuam nas áreas de Recursos Humanos tiveram a oportunidade de reciclar seus conhecimentos no **2º Encontro de Gestores de RH do Estado**. O evento apresentou palestras sobre gestão pública, casos de sucesso de outros estados e *workshops*.

O secretário de Planejamento, Sérgio Ruy Barbosa, ressalta o fato de que um dos grandes objetivos do novo modelo de gestão é reestruturar a competência da Seplag. Hoje, o órgão ainda é executivo, mas com as mudanças aprovadas terá as funções de normatizar, orientar e definir as políticas de recursos humanos do estado.

“As medidas vão aprofundar o processo de descentralização, que já é uma determinação por decreto do governador Sérgio Cabral. Mas é preciso conhecimento, preparação, capacitação. Somente dessa forma, as atribuições relacionadas à gestão de RH passarão a ser integralmente executadas pelos órgãos, com normatização da Seplag”, destacou Sérgio Ruy.



de acordo com o tempo de serviço. Essas informações ainda precisam ser inseridas manualmente no sistema. O cadastro biométrico permitirá a validação necessária ao processamento automático das informações da folha de pagamento.

O novo *software* – aliado à autenticidade das infor-

Escola de Governo do RN lança programa de capacitação no interior do estado

Ascom/Searh

A Secretaria de Administração do Rio Grande do Norte lançou o [Programa de Capacitação da Escola de Governo no Interior do Estado](#). Oito cidades e as regiões vizinhas estarão inseridas no quadro de qualificação. Nessa etapa, os cursos serão ministrados nas cidades pólos como Mossoró, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Nova Cruz, Assu, Pau dos Ferros e Macau. Inicialmente vão ser oferecidas turmas de informática básica, redação oficial, comunicação assertiva, relações interpessoais, ética no serviço público e outros em áreas específicas. Cada sala vai contar com um número médio de 25 alunos.

O programa de interiorização da Escola de Governo do RN é uma promessa antiga que agora se concretiza. Historicamente, apenas o funcionalismo de Natal era contemplado com ações de capacitação, e os servidores do interior que desejavam fazer cursos precisavam se deslocar até a capital, o que gerava muitas despesas para o estado. “Agora o servidor vai poder participar dos programas de qualificação na sua própria cidade e, em alguns casos, até no próprio ambiente de trabalho”, garantiu a diretora da Escola de Governo, [Valéria Rocha](#).

A oferta desses cursos segue um levantamento realizado pela Escola de Governo para identificação das necessidades, e a expectativa é de que, no próximo ano, o órgão esteja também oferecendo cursos com base em um programa de ensino a distância que já está sendo formatado. “Queremos garantir aos nossos servidores



o conhecimento necessário para o desenvolvimento das tarefas com eficiência, independentemente de onde ele esteja, se na capital ou no interior”, declarou o secretário estadual de Administração e Recursos Humanos, Paulo César Medeiros.

Secretaria de Administração do RN ganha novas instalações

A reforma privilegiou os conceitos de ergonomia, acessibilidade e integração, permitindo conforto aos servidores e agilidade no andamento das atividades. O secretário de Administração e presidente do Consad, Paulo César Medeiros, inaugurou no último mês de setembro as novas instalações da Secretaria Estadual da Administração e Recursos Humanos do Rio Grande do Norte (Searh). O prédio da Searh era o único que ainda não tinha sofrido nenhuma mudança, desde sua construção. A reforma total do prédio custou quase R\$ 1,7 milhão, fruto da parceria entre o governo do estado e o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage), por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A modernização na estrutura física da Searh era uma reivindicação antiga dos servidores que, numa pesquisa interna, apontaram as instalações de trabalho como item principal para a melhoria da qualidade de vida. “Estamos entregando uma secretaria moderna para que o servidor possa ter as condições favoráveis de trabalho e isso possa representar a satisfação de prestar um serviço com mais qualidade ainda”, disse a governadora Wilma de Faria durante solenidade de inauguração.



As novas instalações da Secretaria Estadual de Administração foram projetadas dentro dos conceitos de ergonomia e acessibilidade. A integração e a comunicação entre os servidores ficaram mais evidentes, em função da substituição das divisórias por salas compartilhadas e com ilhas de trabalho. O prédio ainda está dotado de quatro salas de reuniões e um auditório com capacidade para 48 lugares. O atendimento externo ganhou mais espaço e mais conforto para os servidores de outras secretarias que procuram o órgão. A copa foi adaptada também como refeitório e equipada com microondas, fogão e geladeira para atender às necessidades daqueles que trabalham os dois turnos. Como parte da reestruturação, a Searh conta com um programa de coleta seletiva de lixo que já realizou a distribuição de panfletos, palestras educativas e a introdução de coletores nos espaços com o objetivo de dar um destino ambiental correto aos resíduos sólidos da secretaria.

Paulo César Medeiros destacou que as melhorias não representam apenas a mudança de ambiente, mas a mudança de hábitos. “Aqui, o verdadeiro valor vai muito além do cimento, das instalações elétricas ou do mobiliário. O que realmente importa é a consciência de ser parte integrante de uma gestão moderna, voltada para os resultados”, declarou o secretário.

Gestão patrimonial solucionará problema histórico do estado

Rodimar Oliveira - Ascom/SARH



Secretária Maria Leonor em solenidade de assinatura de convênio no Palácio Piratini

Ahistórica dificuldade do estado do Rio Grande do Sul de gerenciar e manter o controle absoluto sobre o patrimônio público já começa a ser alterada pela atual administração. Foi concluída no mês de outubro a primeira etapa do levantamento de bens imóveis públicos da administração direta, dos quais 90% das matrículas e das certidões de registros já foram digitalizadas. A partir dessa ação, já é possível saber que o estado tem hoje 7.602 imóveis tombados e outros 2.535 aguardando regularização, num total de 10.137 prédios e terrenos. O mesmo trabalho agora será iniciado com os cerca de 3,5 mil imóveis da administração indireta.

Inédito no Rio Grande do Sul, esse levantamento minucioso dos bens públicos está sendo realizado pela Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SARH) a partir de um convênio, assinado em março deste ano, entre os Poderes Executivo e Judiciário, com o empenho do Colégio Registral do Rio Grande do Sul, do Colégio Notarial, do Sindicato dos Registradores e do Sindicato dos Serviços Notariais do Estado. Um verdadeiro inventário patrimonial está sendo realizado e resultará na atualização de escrituras, certidões de matrículas, transições e inscrições de bens imóveis registrados em nome do estado e de seus entes administrativos.

Quando o levantamento de bens estiver concluído, a governadora Yeda Crusius, assim como os chefes dos demais poderes, terá condições de acessar no computador de seu gabinete informações atualizadas sobre qualquer prédio ou terreno público localizado nos 496 municípios gaúchos. O Sistema de Gestão Patrimonial (GPE) desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procergs) proverá o estado de um sistema de informação capaz de gerenciar e controlar todos os imóveis públicos. Os processos agora poderão ser informatizados em ambiente *web*.

Mas o estado do Rio Grande do Sul ainda conta com outra ferramenta imprescindível para o sucesso de sua gestão patri-

monial. Trata-se do Fundo Estadual de Gestão Patrimonial (Fegep), criado para promover a racionalização e a modernização da gestão do patrimônio imobiliário do estado, garantidor de investimentos em infra-estrutura, construção, reforma ou ampliação de bens imóveis públicos do Rio Grande do Sul.

No início de novembro deste ano, o fundo apresentava um saldo de R\$ 13.188.878,31. Com esses recursos, é possível financiar a manutenção, a recuperação, a reciclagem e a adequação de imóveis às necessidades do serviço público estadual, além de propiciar a aquisição de novos bens, o subsídio de projetos específicos de restauração de próprios e também efetuar despesas correntes e de capital para a consecução dos fins do próprio fundo.

Amparo aos municípios

Além dessa verdadeira radiografia patrimonial, mensalmente dezenas de imóveis que não têm mais

uso pelo estado do Rio Grande do Sul são doados a municípios por meio de autorização legislativa. São prédios e terrenos, urbanos e rurais, destinados para o desenvolvimento das cidades. Sem utilidade para o estado, muitos desses imóveis considerados inservíveis acabam solucionando problemas crônicos das prefeituras, principalmente na área social.

A secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, Maria Leonor Luz Carpes, destaca o fato de que todas essas ações refletem o objetivo do trabalho da SARH de imprimir uma gestão comprometida com resultados. Especificamente sobre o convênio firmado com os demais poderes, Maria Leonor afirma que a secretaria, como responsável pela gestão patrimonial do estado, necessita de uma atuação integrada na busca da transparência e de um crescimento sustentável. “A função social é requisito indispensável do patrimônio público”, complementa a secretária.

Entenda o Sistema de Gestão Patrimonial do RS (GPE)

Objetivo – Prover o Rio Grande do Sul de um sistema de informação para o gerenciamento e controle dos bens imóveis, informatizando os processos referentes ao acompanhamento físico, integrado com a execução orçamentária e contabilidade do estado. Terá como ganho a diminuição de custos, o incremento na eficiência e eficácia, além da transparência na gestão dos bens públicos. Ainda dotará a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos de um sistema de informações tecnologicamente atualizado, além de desenvolver sistema integrado entre SARH, Secretaria da Fazenda e demais órgãos da administração pública estadual.

Funcionamento – Desenvolvida em ambiente web, esta ferramenta de gestão visa a proporcionar aos usuários um conjunto de informações sistematizadas para o melhor gerenciamento, administração e controle dos bens patrimoniais, com maior qualidade, agilidade e integridade no tratamento das informações oferecidas. Nos moldes em que foi desenvolvido pela Procergs, o Sistema de Gestão Patrimonial do Estado prevê desde o cadastramento, controle de uso, manutenção, contabilização, vistorias, avaliações e administração do patrimônio imobiliário dos órgãos da administração direta e indireta do estado.

Motivo da mudança – O Sistema de Gestão do Patrimônio se iniciou com a elaboração de um projeto básico para atualização do sistema SPE (sistema antigo), utilizado há mais de 30 anos pelo Departamento de Administração do Patrimônio do Estado.

Entenda o Fundo Estadual de Gestão Patrimonial (Fegep)

Criado pela Lei nº 12.144, de 1º de setembro de 2004, é destinado à racionalização e à modernização da gestão do patrimônio imobiliário do estado, em conformidade com a legislação federal e estadual que regulam a matéria. O Fegep é composto com recursos de dotações orçamentárias específicas, de receitas patrimoniais, como alienações de imóveis, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, repasses da União, rendimentos de aplicações no mercado financeiro e outros recursos a ele destinado compatíveis com sua finalidade.

Objetivo – Destina-se a promover investimentos em infra-estrutura, construção, reforma ou ampliação de bens imóveis, destinados ao serviço público no âmbito do Poder Executivo estadual, manutenção, recuperação, reciclagem e adequação de imóveis às necessidades do serviço público estadual, bem como a adquirir imóveis necessários ao serviço público, subsidiar projetos específicos de restauração de imóveis próprios tombados pelos Patrimônios Históricos dos diferentes entes federativos e efetuar despesas correntes e de capital para a consecução dos fins do próprio fundo.



Secretaria da Administração investe na capacitação de recursos humanos buscando padrão de excelência

Mara - Sead
Walmir Miranda - colaborador

Dentro de uma visão empreendedora, a Secretaria de Estado da Administração (Sead), ante os desafios que vem enfrentando na sua área de competência, mostrou mais uma vez que, efetivamente, se pode capacitar, motivar e inovar, sem onerar os cofres públicos, como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao estado e à população.

Para tanto, vem buscando a preparação de seu quadro de servidores, por meio do projeto “Usando os Recursos que Temos”, na “Primeira Oficina Interativa da Sead”, com um detalhe importante: nessa experiência, os palestrantes foram os próprios servidores da secretaria, que se prontificaram a capacitar e motivar os seus colegas, visando a despertá-los para que seja evitado o marasmo dentro do serviço público. Aproveitou-se, portanto, o pressuposto de que os “clientes” do serviço público estadual são ao mesmo tempo os próprios servidores. E, também, que é necessário trabalhar com atenção redobrada quando se lida com uma clientela tão exigente como a dos servidores públicos, além do público.

Sucesso

Dentro de um ambiente saudável, a Primeira Oficina Interativa da Sead foi um sucesso, uma vez que todos os participantes colaboraram para a existência de um ambiente de trabalho mais dinâmico e prazeroso. Isso foi observado e reconhecido pelos chefes imediatos de todos os setores que participaram do evento.

Qualidade, agilidade e segurança

Para destacar motivação, ética profissional, linguagem corporal e atendimento de excelência nas atividades direcionadas ao público e entre os próprios colegas de trabalho, foi apresentado por cada chefe de equipe um resumo do trabalho desenvolvido dentro dos setores onde atuam, levando-se em consideração a grande movimentação de servidores nas secretarias estaduais. Isso permitiu que cada participante tivesse uma idéia clara e objetiva de que, muitas vezes, tem servidor que não sabe o tipo de atividade que é desenvolvida na sala ao lado do seu próprio setor de trabalho. E isso, obviamente, faz com que o servidor não se dê conta da importância do seu trabalho no contexto da organização da qual faz parte, e onde é peça importantíssima.

A Primeira Oficina Interativa da Sead incutiu nos seus participantes, de forma simples e objetiva, que cada servidor precisa ter o entendimento que somente trabalhando em estreita colaboração com seus colegas, bem como com atenção redobrada nas tarefas que lhe são atribuídas, é que se poderá obter uma administração dotada de serviços de excelência (internos e externos), na qual os próprios servidores estejam capacitados e, acima de tudo, motivados a atuarem de uma forma melhor do que já o fazem, para benefício e eficácia do serviço público estadual.

Informática

Ainda em relação ao projeto “Usando os Recursos que Temos”, a Sead está buscando um grande avanço na área de informática. Trata-se de um projeto macro que está sendo elaborado por profissionais do governo do estado, objetivando a melhoria do sistema de informações na área de Recursos Humanos, para atender de forma ágil e segura às informações atinentes aos serviços prestados pelo estado, de forma a evitar os “gargalos” ora existentes na área administrativa. Estima-se que dentro de um ano esse projeto esteja concluído.

Custo zero para o Tesouro estadual

Vale destacar também o fato de que o projeto “Usando os Recursos que Temos” já está viabilizando soluções para atividades e serviços prestados pelo estado à população, no âmbito da Sead, a custo zero para os cofres públicos.

Trata-se de um exemplo positivo, visto que o projeto vem contando com a boa vontade e pronta disponibilidade de servidores (chefes de equipes), que se mostram dispostos a contribuir para o engrandecimento da história e desenvolvimento do estado de Rondônia.

Reconhecimento

Para o secretário de estado da Administração, Valdir Alves, “foi gratificante termos acompanhado a realização da Primeira Oficina Interativa da Sead. E, mais que isso, termos possibilitado mais um passo importante na qualificação de nossos recursos humanos internos (servidores), com vistas à melhoria da dinâmica de atendimento ao público, sobretudo das atividades inerentes a nossa secretaria. Com isso ganham o estado e a população. Daí agradecermos o empenho dos chefes de setores da Sead, que se propuseram a atuar como palestrantes no evento, assim como aos que atuaram na sua organização”, finalizou.

Governo fortalece ações da Sead

Ainda na busca de uma prestação de serviços que leve ao nível de excelência, o governo vem fortalecendo as ações da Secretaria de Estado da Administração apoiando-a na capacitação dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal estadual, com ênfase especial na área de educação, onde se concentra o maior contingente de pessoal nas suas unidades educacionais, distribuídas pelos 52 municípios. Assim, a Sead vem executando com afinco e positividade todas as políticas públicas de gestão de pessoal.

Divulgação e treinamento

É importante considerar que o trabalho realizado por essa pasta estadual tem tido ampla divulgação, especialmente no que concerne a treinamento e a capacitação dos recursos humanos para os profissionais que atuam na área de gestão de pessoal.

Portanto, dentro desse modelo, a Sead continua realizando seminários, mesas-redondas, debates, cursos, oficinas e palestras para representantes de todos os municípios, até mesmo de diversos distritos municipais. Com isso têm diminuído os custos operacionais de forma bastante significativa, assim como se tem conseguido a satisfação dos clientes (públicos interno e externo), saltando da qualidade para a excelência.



Valdir Alves, secretário de estado da Administração, e Mara Regina Hentges Leite, gerente de Gestão de Recursos Humanos de Rondônia

Uma nova realidade

Hoje, a realidade é outra em termos da presença da Sead nos serviços prestados aos servidores e à população. O servidor estadual que pleiteia qualquer benefício ou informação a respeito de sua vida funcional pode ser atendido com eficácia pelo Serviço de Atendimento ao Servidor (SAS), que está apto a lhe prestar todo o apoio necessário mediante serviços informatizados.



SAS - Serviço de Atendimento ao Servidor



Bezanete Volkweis, chefe da Equipe de Frequência; Shirlene Nascimento da Costa, chefe do SAS, e Mara Regina Hentges Leite, gerente de Gestão de Recursos Humanos do estado



Shopping Cidadão

Isso também pode ser constatado nos múltiplos serviços oferecidos pelo Shopping Cidadão, implantado nas cidades de Porto Velho e Ji-Paraná, que, quando se estender aos demais municípios rondonienses, certamente, servirá de exemplo a outras administrações públicas no contexto nacional, sobretudo no que concerne à emissão de CTPS, cédula de identidade, CPF, certidão de nascimento, licenciamento de veículos, assistência jurídica (gratuita) por meio da Defensoria Pública do Estado e mediante parcerias com órgãos como Correios e Telégrafos, Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd) e Centrais Elétricas do Estado de Rondônia (Ceron), entre outros serviços de extrema importância para a população rondoniense.

Esse corolário de bons serviços se completa com a dinamização implantada no Sistema de Protocolo da Secretaria de Estado da Administração, graças ao que foi possibilitado na unificação

das informações e acompanhamento dos processos e demais documentos. Com isso se obteve ganho de tempo na tramitação documental, assim como maior segurança para a juntada de informações aos processos em seus respectivos trâmites (interno e externo).

Investindo no aprimoramento

O Governo de Rondônia, por meio da Sead, continua investindo no aprimoramento dos serviços oferecidos aos servidores públicos e à população em geral, utilizando-se de inovações tecnológicas, bem como elaborando estudos e pesquisas em nível de mercado nacional e internacional, com o objetivo maior de continuar a contribuir para o bem-estar dos servidores do estado e, principalmente, de todos aqueles que buscam a excelência dos serviços públicos. Principalmente num instante em que Rondônia começa a passar por intensas transformações com o advento das hidrelétricas, instaladas no rio Madeira, mais propriamente no município de Porto Velho, que é o centro das decisões políticas e administrativas do estado, cuja administração é liderada pelo governador Ivo Narciso Cassol, que tem apoiado e valorizado as ações desenvolvidas pela Secretaria da Administração, por entendê-las como sendo imprescindíveis à consolidação do estado.

Dois milhões de funcionários gerenciados



Contribuindo para o desenvolvimento da Gestão Pública no país

O ERGON tem contribuído de forma decisiva para a melhoria da gestão pública no país, propiciando diminuição de custos e otimização da gestão do capital humano.

Um em cada quatro Estados brasileiros já usufrui desses benefícios, além de prefeituras de capitais e instituições das várias esferas governamentais, como o Senado Federal, Tribunais e empresas públicas.

É o único sistema de RH para governo que gera automaticamente a Folha de Pagamentos, incluindo os eventos retroativos e a conlagem de tempo.

Foi concebido com a participação de gestores públicos e possui a legislação dos vários regimes de trabalho de forma parametrizada, o que permite sua utilização em órgãos da administração direta e indireta, de âmbito federal, estadual e municipal.

Ergon

Gestão de Capital Humano no Governo

 TECHNE®
(11) 2149-9200
www.techne.com.br



SANTA CATARINA

Estado implanta novo sistema on-line de gestão de pessoas

Ascom/Sea

Afalta de informações cadastrais atualizadas dos 65.400 servidores públicos estaduais ativos e militares da ativa de Santa Catarina no sistema computacional do governo do estado era um fantasma que vinha atormentando de longa data os responsáveis pelo controle de pessoal da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) da Secretaria da Administração (SEA).

Numa tentativa de obter uma base de dados fidedigna, que possibilasse um conhecimento real da situação do quadro funcional do estado, foi realizada uma atualização cadastral em 2001. No entanto, não foi suficiente para se alcançar os objetivos esperados. O trabalho, executado pelos setoriais/secccionais de RH, não permitiu a verificação dos resultados qualitativos obtidos, pois, sem contar com acompanhamento eficiente da DGRH na época, não foram apresentados o relatório final dos executantes nem o consolidado da DGRH, observou a diretora de RH da SEA, Maria Eduarda Gordilho Lomanto.

Passados sete anos da experiência inconclusiva, neste ano foram lançadas as bases para a efetiva criação e atualização de uma base de dados confiável dos servidores e militares ativos. Num período de apenas dois meses, mais especificamente, entre 6 de agosto e 7 de outubro deste ano, a DGRH conseguiu atualizar as informações relativas a 95% desse contingente, por meio de um programa relativamente simples, inteiramente *on line*, via Internet.

Concluído o trabalho, explicou a diretora Maria Eduarda, pode-se afirmar que a atualização foi um sucesso: primeiro, porque o servidor e o militar se sentiram valorizados por poder realizar pessoalmente a atualização, conscientes de sua responsabilidade pelos dados fornecidos; e também porque a enquete divulgada no Portal do Servidor indica que 75,6% não encontraram nenhuma dificuldade para realizar a atualização, enquanto 16,5% tiveram dificuldade apenas relativa, conseguindo atualizar seus dados sem ajuda de terceiros.

“As inconsistências detectadas após a atualização foram insignificantes em relação ao número de servidores e militares atingidos”, reforça Maria Eduarda.



Maria Eduarda Lomato,
diretora de RH da SEA

O programa de atualização cadastral, idealizado pela gerente de Avaliação e Controle Funcional (Gecof) da DGRH, Vanusa Carle da Cruz Wagner, facultou ao próprio servidor ou militar atualizar seus dados, bastando para tal preencher uma ficha de atualização *on line* disponibilizada no Portal do Servidor (www.portaldoservidor.sc.gov.br), conhecido por todos os servidores e amplamente utilizado por eles. O preenchimento tanto pode ser executado num computador no local de serviço quanto fora, de acordo com a preferência de cada servidor ou militar.

A atualização foi obrigatória para todos os servidores ativos e militares ativos e constou de duas partes distintas, que se completam de modo a fornecer ao setor de RH uma visão abrangente do perfil de cada um. A primeira, de preenchimento obrigatório, teve como objetivo possibilitar a retificação ou complementação de informações pessoais/funcionais eventualmente desatualizadas ou equivocadas, necessárias para compor uma base de dados fidedigna no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e para permitir a identificação de distorções, como possíveis pagamentos irregulares de benefícios.

A segunda constituiu-se num questionário de caráter facultativo, elaborado para atender aos objetivos dos modernos conceitos de gestão de pessoas preconizados na atual administração pela DGRH, de modo a subsidiar e orientar futuras ações de formação e capacitação de servidores.

Em outras palavras, uma forma científica de o estado conhecer um pouco mais o servidor, no que diz respeito a suas aspirações, interesses, anseios, dificuldades no trabalho, grau de motivação, habilidades, capacidade de aprendizado e crescimento etc. E de, a partir desse conhecimento, poder direcionar ações de capacitação com vistas à modernização do serviço público e valorização do servidor.

Quanto ao universo de 5% de servidores e militares que não atualizaram os dados *on line* dentro do prazo, tiveram oportunidade de fazê-lo, de forma presencial e mediante a apresentação de documentos,



James Tavares / Secom

nas unidades de RH dos respectivos órgãos, até 27 de outubro.

Com base nos resultados da atualização cadastral, explica Vanusa, o governo do estado passa a contar com um banco de dados confiável, servindo de instrumento para se estabelecer políticas de gestão de pessoas e também permitir a implantação do novo sistema informatizado (SIGRH) que, a partir de novembro, começará a processar folha paralelamente ao atual sistema.

Para o secretário da Administração, Antônio Marcos Gavazzoni, contar com um novo sistema informatizado de gestão de pessoal é tarefa imprescindível, pois o atual, implantado entre 1992 e 1993, já está superado pelas deficiências naturais do tempo. “Com a evolução tecnológica, ferramentas que sustentam o sistema ficaram obsoletas, sendo o custo-benefício de ajustes desvantajoso para o estado”, avalia. “Além de exigir re-trabalho e mostrar-se redundante para a realização de tarefas corriqueiras, o atual sistema não permite acesso rápido às informações e tem um nível de dependência técnica e analítica incompatível com o novo modelo de gestão da administração pública”, observa.

Com o novo sistema, que deve estar totalmente implantado em 2010, a administração de pessoas se tornará mais eficiente e assim reduzirá as despesas de pessoal, afirma Maria Eduarda. “Os resultados serão obtidos com a integração entre planejamento, coordenação e controle das ações de gestão de pessoas, sintonizadas com as políticas públicas definidas e com aumento do controle de benefícios e pagamentos”, sintetiza Vanusa Wagner. “Possibilitará, também, a otimização da alocação de servidores e a redução da necessidade das contratações, bem como o direcionamento dos recursos de capacitação com a utilização de novos instrumentos de análise gerencial”, complementa.



James Tavares / Secom

Servidor público fazendo atualização cadastral

Secretaria de Gestão Pública e IAMSPE assinam acordo inédito de gestão e resultados

Contrato trará melhorias para o sistema de saúde que atende 1,3 milhão de servidores públicos estaduais e dependentes

Ascom/SGP

Secretaria de Gestão Pública e IAMSPE assinam acordo inédito de gestão e resultados

OAcordo de Gestão e Resultados entre a Secretaria de Gestão Pública e o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) foi assinado em 17 de julho, durante evento que contou com a participação do governador de São Paulo, José Serra. O contrato prevê a liberação de R\$ 250 milhões até 2010 pelo Governo do Estado de São Paulo. Os recursos serão investidos na melhoria do atendimento médico oferecido a 1,3 milhão de servidores públicos estaduais e seus dependentes. O repasse anual dos recursos está vinculado ao cumprimento de metas fixadas no acordo. O documento foi assinado pelo secretário Sidney Beraldo, da Gestão Pública, secretaria à qual o instituto está vinculado, e pelo superintendente do IAMSPE, Latif Abrão Júnior.

Na ocasião do evento, José Serra ressaltou a importância do acordo. “É um aumento de mais de 50% nos recursos do IAMSPE. E que vão ser usados só para investimentos, principalmente na renovação de contratos no interior do estado.” Serra enfatizou ainda que a iniciativa é um esforço do governo para melhorar o atendimento ao servidor e resolver os problemas do Instituto.

“Trata-se de uma reivindicação antiga do funcionalismo. Agora, o estado se compromete a repassar continuamente os recursos para o IAMSPE. Isso permitirá que o instituto faça investimentos na melhoria do atendimento ao servidor na área da saúde”, disse o secretário Sidney Beraldo, da Gestão Pública.

A iniciativa, que reúne os esforços do IAMSPE e da secretaria, permitirá ampliar a rede de cobertura, agilizar o atendimento e melhorar a qualidade dos serviços médicos ofereci-



Divulgação

dos aos usuários. O acordo deve garantir que o instituto seja reconhecido como centro de excelência e gestão de serviços médicos/hospitalares no prazo de três anos. A elaboração de uma pesquisa junto aos usuários contribuirá para o planejamento de ações estratégicas e melhoria dos serviços prestados, além da adoção de medidas preventivas.

A adoção de Acordo de Resultados com transferência de recursos vinculada ao cumprimento de metas é pioneira na administração pública paulista entre órgãos do próprio governo. Os repasses já autorizados totalizam R\$ 250 milhões até 2010 e serão feitos anualmente, mediante cumprimento de metas de atendimento que incluem, neste ano, a expansão da rede no interior e melhoria dos serviços prestados na capital e Grande São Paulo, além da modernização de equipamentos. A primeira parcela será de R\$ 50 milhões, seguida de outras duas no valor de R\$ 100 milhões, cada.

Descentralização do atendimento

A descentralização do atendimento como modelo de prestação de serviços deve beneficiar principalmente os usuários do interior, que passarão a contar com mais opções de médicos e prestadores de serviços como hospitais, clínicas e laboratórios. Outra vantagem é a desburocratização do atendimento. Com o credenciamento de novos médicos, os usuários poderão se dirigir diretamente aos consultórios, sem necessidade de passar por hospitais ou por um dos 18 Centros de Assistência Médico Ambulatorial (Ceamas) para pegar guias.

O número de municípios que contam com prestadores de serviço deve saltar para 198 até 2010, um aumento de 75% em relação às 113 cidades cadastradas no ano passado. Serão 776.475 servidores públicos, dependentes e agregados atendidos contra 498.623 registrados no ano passado.

Pesquisa

Com o objetivo de atender melhor às necessidades dos usuários, o IAMSPE realizará uma pesquisa de satisfação junto aos servidores públicos estaduais. Avaliações sobre a qualidade do atendimento, ofertas de exames e tempo de atendimento ajudarão a definir prioridades da administração.

Será criado um Índice de Satisfação dos Usuários, que servirá de referência para auxiliar a gestão e garantir mais eficiência ao sistema. O conhecimento das opiniões, necessidades e queixas dos usuários permitirá à instituição planejar ações estratégicas e aperfeiçoar os serviços prestados.

Os dados vão permitir à administração do IAMSPE revisar e racionalizar processos de atendimento, reduzindo custos desnecessários sem prejuízo do bom atendimento ao usuário.

Prevenção de doenças

A implantação de um sistema baseado na prevenção de doenças e na promoção da saúde nos 18 Centros de Assistência Médico Ambulatorial (Ceamas), unidades de saúde localizadas no interior, também está previsto nesse acordo. O projeto piloto do novo modelo de atendimento que oferecerá tratamento diferenciado a portadores de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, começa a funcionar no mês que vem em Sorocaba, primeira cidade do estado a testar a novidade.

O novo modelo será implantado gradualmente e substituirá o sistema atual que oferece consultas ambulatoriais, realização de alguns tipos de exames e liberação de guia para consultas e exames em prestadores de serviço credenciados.

Governo de São Paulo inaugura 20º Posto do Poupatempo

O Poupatempo Santos, 20º Posto do Programa, foi inaugurado no dia 9 de outubro pelo governador de São Paulo, José Serra. Instalada em uma área de 4.500m², a unidade foi concebida para atender os cerca de 1,7 milhão de habitantes de Santos e dos oito demais municípios da Baixada Santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e São Vicente.

O governador, durante o evento, destacou a agilidade do atendimento prestado no Poupatempo: “O efeito básico é poupar o tempo da população. Aqui, você leva 24 horas para fazer um RG, é muito prático”.

O Poupatempo Santos é a segunda unidade inaugurada em 2008 – a primeira foi em Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo. “O governador José Serra determinou que a Secretaria de Gestão Pública ampliasse ao máximo a prestação desse serviço à população, e nós vamos aumentar em 50% a capacidade de atendimento do Poupatempo até 2010”, disse Sidney Beraldo, secretário de estado de Gestão Pública, pasta à qual está vinculado o programa. O plano de expansão do Poupatempo irá inaugurar mais 12 postos, nos municípios de São José do Rio Preto, Araçatuba, Araraquara, São Carlos, Franca, Jundiaí, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Sorocaba, Taubaté e na capital, no bairro Cidade Ademar.

O novo posto em Santos tem capacidade para prestar 5,5 mil atendimentos diários e mais de 120 mil



Divulgação

por mês. Oferece cerca de 250 serviços públicos à população que são prestados por dez órgãos: Acessa São Paulo (acesso gratuito à internet), Banco Nossa Caixa, CDHU (Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), Detran (Departamento Estadual de Trânsito), e-poupatempo (serviços públicos eletrônicos), IIRGD (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt), Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), Secretaria de Estado da Fazenda, SERT (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho), além de serviços da Prefeitura do município, que está presente com sete secretarias e departamentos e ainda com totens de auto-atendimento.

A unidade abriga a maior sala do Acessa São Paulo – programa de inclusão digital do Governo de SP – na

Baixada Santista, com 15 pontos de acesso gratuito à internet e capacidade para realizar 4,8 mil atendimentos mensais; e disponibiliza ainda o e-poupatempo, sala exclusiva para a realização de mais de 2 mil serviços públicos pela internet, com funcionários que incentivam e auxiliam o cidadão a navegar no portal Cidadão. SP. Além disso, o posto também atuará inteiramente com o novo sistema para a emissão do atestado de antecedentes criminais automatizado, que traz mais segurança e rapidez na emissão do documento, que é gerado já com a chancela digital do diretor do Instituto de Identificação.

O **Poupatempo Santos** tem 309 funcionários, que atendem o público de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, e aos sábados, das 9 às 14 horas.



Divulgação



Secretaria da Administração de Sergipe fomenta o crescimento das micro e pequenas empresas do estado

Em 2008, a participação das MPEs nos processos licitatórios do governo estadual saltou de 6% para 48%, representando um crescimento de 700% em nove meses

Ascom/SGP

Fomentar o crescimento das micro e pequenas empresas é sinônimo de desenvolvimento econômico e social. Em Sergipe, a Secretaria de Estado da Administração (Sead) utilizou o poder de compra do estado para incentivar o desenvolvimento das MPEs. Em função desse incentivo, reforçado pela publicação da Lei Estadual nº 6.206/07, a participação desse setor empresarial nas compras governamentais aumentou de forma significativa em 2008.

Entre os meses de janeiro e setembro de 2008, o Governo de Sergipe comprou mais de R\$ 42 milhões das micro e pequenas empresas do país, de um total de R\$ 83 milhões em compras por pregões eletrônicos. Desse valor, R\$ 20 milhões foram comprados das MPEs sergipanas, o que representa um total de 48% das compras realizadas junto a todas as empresas locais e um crescimento de 700% em todo o ano – em dezembro de 2007, a participação das MPEs de Sergipe não ultrapassava 6% do total de compras governamentais feitas junto às empresas do estado.

As compras do governo estadual beneficiaram, principalmente, os fornecedores de material de expediente e gêneros alimentícios. Juntos, esses setores venderam R\$ 10,7 milhões para o Governo de Sergipe. Outro setor bastante favorecido nas compras governamentais foi o de manutenção de veículos e aquisição de peças, em que o governo comprou R\$ 4,6 milhões das MPEs locais. Os setores de informática, material gráfico, remédios e hospedagem também foram beneficiados nas compras governamentais junto às empresas locais.



Noel Lino/Sead

Após palestra, o prefeito de Nossa Senhora da Glória assina minuta de lei que regulamenta benefícios às MPEs

Legislação pioneira

Para alcançar resultados tão expressivos, o Governo de Sergipe publicou, no dia 25 de setembro de 2007, a Lei Estadual nº 6.206/07, que concede tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do governo estadual. A lei estabelece, por exemplo, a preferência de contratação para as MPEs em caso de empate nos processos de licitação. Somente esse “direito de preferência”, previsto no artigo 6º da Lei 6.206, provocou o crescimento desse setor empresarial nas compras governamentais em 2008.

A Lei 6.206 também garante outros benefícios para as micro e pequenas empresas nas compras governamentais que serão postos em prática em ações futuras. Entre esses benefícios estão a exclusividade para micro e pequenas empresas nas compras e contratações com valores até R\$ 80 mil, a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte em serviços e obras nas licitações com valor acima de R\$ 1,5 milhão e a cota de até 25% para as MPEs em compras de bens e materiais, desde que o valor por item seja superior a R\$ 160 mil.

O secretário da Administração de Sergipe, Jorge Alberto, afirma que o desenvolvimento econômico com distribuição de renda é uma das principais metas do Governo de Sergipe. “Essa é uma ação pioneira em nosso país e, após o primeiro ano da Lei nº 6.206, os resultados alcançados são muito positivos. Estamos trabalhando para que o governo atue como fomentador do desenvolvimento social e econômico de Sergipe, fortalecendo esse segmento empresarial que representa 99% dos estabelecimentos produtivos do estado e gerando ocupação e renda para todos os cidadãos”, declara Jorge Alberto.

O secretário acrescenta que o pioneirismo do Governo de Sergipe tem sido reconhecido como referência no apoio do poder público ao crescimento das MPEs. Em setembro, o secretário Jorge Alberto foi convidado para participar do Fomenta, o Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. No evento, Jorge Alberto realizou uma palestra sobre a experiência do governo do estado, com participação de gestores e líderes empresariais nacionais e internacionais, em especial das comunidades sul-americana e europeia. “Levamos nossa experiência e nossos números para o mundo inteiro. Sergipe está na vanguarda nesse sentido, demonstrando que nossa política de incentivo às micro e pequenas empresas está sendo reconhecida e se tornando uma referência para outros gestores públicos”, afirma o secretário.

Acordo de cooperação técnica

A Secretaria da Administração estabeleceu um acordo de cooperação técnica com o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa de Sergipe (Sebrae/SE) para fomentar o crescimento das MPEs nos municípios sergipanos. Em uma das ações conjuntas, a Sead tem realizado seminários itinerantes no interior do estado para capacitar empresários e agentes financeiros. O objetivo é estimular e orientar os empresários para participarem dos processos licitatórios da Administração Estadual e se tornarem fornecedores para o governo, assim como incentivar a concessão de crédito para esses empresários.

Outra proposta desses seminários itinerantes é incentivar as câmaras de vereadores a criarem leis municipais com propostas semelhantes à da Lei Estadual nº 6.206, que beneficiem as MPEs nas compras das prefeituras. Estância, Telha, Tobias Barreto e Itaporanga D’Ajuda estão entre as cidades que já implantaram leis de tratamento diferenciado às MPEs nas compras públicas desses municípios. Em Nossa Senhora da Glória, um projeto de lei de incentivo às MPEs nas compras



A Secretaria da Administração de Sergipe foi destaque em evento internacional sobre micro e pequenas empresas



O secretário Jorge Alberto capacita empresários em Estância para se tornarem fornecedores do Governo de Sergipe

públicas do município já foi encaminhado à câmara local de vereadores.

Os seminários realizados nos municípios atenderão às oito regiões de Sergipe, validadas no Planejamento Estratégico do governo para os anos de 2007 a 2010. Até o momento, foram realizados seminários em Aracaju, atendendo aos nove municípios da Grande Aracaju, em Japaratuba (Leste Sergipano, nove municípios) e em Nossa Senhora da Glória (Alto Sertão, sete municípios). Além disso, foi realizado um curso de capacitação para empresários em Estância, atendendo a 11 municípios no sul sergipano.

“A nossa meta é continuar ampliando a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais, além de implantar em pelo menos 20 municípios a regulamentação de lei específica para tratamento diferenciado das MPEs nas compras municipais, o que vai fortalecer a economia desses municípios”, afirma o secretário Jorge Alberto.

Capacitação de servidores

Além de capacitar os empresários e agentes financeiros que atuam junto às micro e pequenas empresas, a Secretaria da Administração de Sergipe também dá atenção especial a quem atua no serviço público, intermediando a relação entre as empresas e o estado. A Escola de Administração Pública de Sergipe, órgão vinculado à Sead, trabalha na capacitação contínua dos servidores que atuam no setor de licitação, para que as compras junto às MPEs sejam realizadas de forma ágil, eficiente e legal.

Em 2008, foram oferecidos vários cursos para os servidores que atuam no setor de compras governamentais. Em julho, foi realizado um curso de capacitação de pregoeiros com Valéria Cordeiro, assessora técnica de licitação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. A Escola de Administração Pública também ofereceu cursos de Sistema de Registro de Preços e Contratação Direta, ambos com o palestrante Edgar Guimarães, especialista em Direito Administrativo.

O secretário Jorge Alberto explica que a capacitação contínua dos servidores públicos é fundamental para a evolução de um setor estratégico do governo, que é o setor de compras. “Existe uma preocupação especial do Governo de Sergipe em relação à eficiência das compras como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico. Para que as nossas compras junto às micro e pequenas empresas sejam feitas de forma eficiente, precisamos treinar os nossos servidores para acompanhar as evoluções do setor e atuar de forma eficiente”, diz Jorge Alberto.

Todos os cursos são gratuitos e abertos a todos os servidores públicos, com capacitação em diversas áreas. Em 2008, também foram realizados treinamentos em atualização em língua portuguesa, informática básica e avançada, combate a crimes virtuais, análises e balanços, atuação policial em selvas, entre outros.



Os servidores recebem treinamento contínuo para atuar no setor de licitações

Tocantins: novas conquistas com a busca de excelência na gestão pública

Seleucia Fontes - Ascom/Secad

O Brasil vive uma revolução que nos últimos anos deixou de ser silenciosa para conquistar número cada vez maior de adeptos. Trata-se da busca pela eficiência na gestão pública, que pretende alcançar servidores e instituições públicas, em todos os níveis de governo.

Um dos mecanismos para viabilizar essa mudança é o Gespública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, criado pelo governo federal em 2005, visando ao desenvolvimento de novos parâmetros de qualidade em gestão. O Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Secad), está comemorando um ano de adesão ao programa.

A Secad e o 22º Batalhão de Infantaria do Exército foram as primeiras instituições a aderir ao Gespública no Tocantins e encabeçam o Comitê Gestor estadual, tendo o 22º Batalhão como organização âncora, dividindo com a Secad a Diretoria Estratégica. A Secretaria de Administração do Tocantins, por sua vez, ainda é responsável pela Coordenadoria Executiva e Gerência de Comunicação e Marketing; a Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos de Palmas pela Gerência de Desburocratização; a Secretaria Estadual da Saúde pela Gerência de Gestão do Atendimento; a Eletronorte pela Gerência de Avaliação da Gestão; a Escola Técnica Federal de Palmas pela Gerência de Capacitação.

Apesar do pouco tempo de existência, o comitê já tem conquistas a comemorar, como a adesão de dez instituições das esferas estadual, municipal e federal, a realização de dezenas de palestras de sensibilização, superando a marca de 1,5 mil ouvintes, além da difusão entre mais de 600 estudantes, por meio da palestra “Conhecendo o Gespública” e da formação de multiplicadores.

Essas ações fazem parte do planejamento do Gespública no Tocantins em 2008, que também elaborou e aprovou o Regimento Interno, instituindo a estrutura operacional, cronograma de atividades e diretrizes que conduzem todo o trabalho na direção da melhoria sistêmica da gestão das organizações e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Segundo o técnico da Secad e multiplicador do Gespública João Lira Braga Júnior, o programa vem alcançando a contento suas metas, graças a um movimento provocador de mudanças que vem ocorrendo entre os servidores em busca de novas fórmulas para exercerem melhor suas atividades. “São pessoas interessadas no processo de mudança da administração pública orientada para resultados”, garante Lira.



João Lira ministra palestra sobre Gespública para servidores públicos

Márcio Viana/Secad(TO)

A secretária Sandra Cristina Gondim confirma a importância desse rompimento com modelos infelizes de gestão, visando a eficiência e a competitividade. “Essa é uma postura que se impõe como condição fundamental para que o serviço público venha a dar as respostas que a sociedade tanto requer para o atendimento das suas demandas e anseios mais prementes”, ressalta, lembrando que a Secad é um órgão estratégico da administração pública estadual e tem sempre procurado estar em sintonia com as novas tendências e rumos da gestão pública brasileira.

Interesse crescente

O trabalho da Secad no direcionamento das ações do Comitê Gestor tem sido fundamental no processo de concretização do programa no Tocantins. O resultado desse intenso trabalho é o interesse de várias instituições em busca de informações sobre o Gespública, seus benefícios e forma de adesão.

Para quem já teve a oportunidade de preencher o questionário de autoavaliação, os ganhos são realmente palpáveis. “Esta é uma oportunidade para as pessoas emitirem opinião sobre o trabalho, sugerirem melhorias no setor público”, afirma o assessor técnico da Superintendência de Modernização da Administração (Sumad/Secad), Paulo Henrique Carvalho. Segundo ele, com essa ação será possível implantar uma nova filosofia de trabalho nas instituições que aderirem ao Gespública.

A implantação do programa no Tocantins também tem chamado a atenção daqueles que estão se preparando para entrar no mercado de trabalho. Por meio da palestra “Conhecendo o Gespública” já ocorreram encontros com servidores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e alunos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paraíso (Fecipar) e do curso de Gestão Pública da Escola Técnica Federal. Já um grupo de alunos do curso de Administração da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) escolheu o programa e sua implantação no estado como tema de monografia.



**Sandra Cristina Gondim,
secretária de Administração
do Tocantins: incentivo à
gestão com excelência**



**Técnicos da Secretaria
da Administração
fazem auto-avaliação
do Gespública**

Perspectivas

No último encontro de 2008, os integrantes do Comitê Gestor Estadual avaliarão os avanços do Gespública ao longo do ano e traçarão as metas para 2009. Vários projetos já estão em desenvolvimento, entre eles a elaboração de estratégias para uma divulgação mais ampla do programa e ações desenvolvidas.

Já o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo Gespública, definiu que o foco para o próximo ano será na municipalização do programa. No Tocantins, essa ação já está sendo elaborada, com perspectivas de uma grande disseminação entre os municípios do estado.

EXPEDIENTE

Revista Governança e Desenvolvimento

Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad

Endereço: SRTVS - Qd. 701 - Lote 4 - Bl. O - Entrada A

Salas 128/130 - Brasília-DF

Fone: 61 - 3226 6569 / 8151 5150 - **Site:** www.consad.org.br

E-mail: consad@consad.org.br

Assessora de Comunicação: Luciana Lima

Secretária-executiva: Iracy Gomes Nunes

PRESIDÊNCIA

Presidente: Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior - Rio Grande do Norte

1º Vice-Presidente: Ricardo de Oliveira - Espírito Santo

2º Vice-Presidente: Redomarck Nunes Castelo Branco - Amazonas

JUNTA FISCAL

Maria Marta Renner Weber Lunardon - Paraná

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins - Rio de Janeiro

Valdir Alves da Silva - Rondônia

SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

Acre — Mâncio Lima Cordeiro

Secretário de Estado da Gestão Administrativa

Alagoas — Guilherme Souza Lima

Secretário de Estado da Gestão Pública

Amapá — Welsonton de Carvalho Campos

Secretário de Estado da Administração

Amazonas — Redomarck Nunes Castelo Branco

Secretário de Estado da Administração e Gestão

2º Vice-Presidente do Consad

Bahia — Manoel Vítorio da Silva Filho

Secretário de Estado da Administração

Ceará — Silvana Maria Parente Neiva Santos

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Distrito Federal — Ricardo Pinheiro Penna

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Espírito Santo — Ricardo de Oliveira

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

1º Vice-Presidente do Consad

Goiás — Luiz Edgar Leão Tollini

Superintendente de Gestão Estadual da Sefaz

Maranhão — Maria Helena Nunes Castro

Secretária de Estado da Administração e Previdência Social

Mato Grosso — Geraldo Aparecido de Vitti Junior

Secretário de Estado da Administração

Mato Grosso do Sul — Thie Hugser Veigas Santos

Secretária de Estado da Administração

Minas Gerais — Renata Maria Paes de Vilhena

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Pará — Orlando Bordalo Junior

Secretário de Estado da Administração



Paraíba — Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira

Secretário de Estado da Administração

Paraná — Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Pernambuco — Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretário de Estado da Administração

Piauí — Maria Regina Sousa

Secretária de Estado da Administração

Rio de Janeiro — Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Rio Grande do Norte — Paulo César Medeiros de Oliveira Júnior

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Presidente do Consad

Rio Grande do Sul — Maria Leonor Luz Carpes

Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

Roraima — João Magalhães Neto

Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração

Rondônia — Valdir Alves da Silva

Secretário de Estado da Administração

Santa Catarina — Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

São Paulo — Sidney Estanislau Beraldo

Secretário de Estado da Gestão Pública

Sergipe — Jorge Alberto Teles Prado

Secretário de Estado da Administração

Tocantins — Sandra Cristina Gondim

Secretária de Estado da Administração

REVISTA

Produção, edição e redação

Luciana Lima - 61 3226 6569 / 8151 5150
jornalismo10@hotmail.com

Projeto gráfico e diagramação

Jorge Ribeiro
[contato@eclatcomunicacao.com.br](mailto: contato@eclatcomunicacao.com.br)

Capa

Maurenilson Freire

Matérias

Comunicação das Secretarias de Administração dos seus respectivos estados

Impressão

Alpha Gráfica

Tiragem - 2.000 exemplares

consad@consad.org.br